

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO CIVIL

PARTE GERAL	1	Art. 14.....	27
LIVRO I – DAS PESSOAS	3	Art. 15.....	29
TÍTULO I – DAS PESSOAS NATURAIS.....	3	Art. 16.....	30
Capítulo I – Da Personalidade e da Capacidade.....	3	1. Nome da pessoa natural	30
Art. 1º	3	2. Natureza jurídica	31
Art. 2º	4	3. Elementos integrantes do nome.....	31
1. Condição do nascituro	5	Art. 17.....	34
Art. 3º	6	Art. 18.....	34
1. Menoridade.....	6	Art. 19.....	35
Art. 4º	7	Art. 20.....	35
1. Incapacidade relativa. Maiores de 16 e menores de 18 anos.....	7	Art. 21.....	37
2. Ébrios, toxicômanos. Outras deficiên- cias.....	8	Capítulo III – Da Ausência.....	38
3. Pessoa com deficiência	8	Seção I – Da Curadoria dos Bens do Ausente ...	38
4. Incapacidades transitórias.....	9	Art. 22.....	38
5. Surdos-mudos. Deficientes visuais	9	Art. 23.....	39
6. Ausência	9	Art. 24.....	39
7. Pródigos no atual sistema.....	10	Art. 25.....	40
8. Indígenas	10	Seção II – Da Sucessão Provisória	40
Art. 5º	11	Art. 26.....	40
Art. 6.....	14	Art. 27.....	41
Art. 7º	15	Art. 28.....	41
Art. 8º	18	Art. 29.....	42
Art. 9º	19	Art. 30.....	42
1. Nascimentos.....	20	Art. 31.....	43
2. Óbitos.....	20	Art. 32.....	43
3. Emancipação, interdição e ausência	21	Art. 33.....	43
Art. 10.....	21	Art. 34.....	44
Capítulo II – Dos Direitos da Personalidade	22	Art. 35.....	44
Art. 11.....	22	Seção III – Da Sucessão Definitiva	44
1. Direitos da personalidade. Noção e compreensão	22	Art. 36.....	44
2. Direitos da personalidade. Caracterís- ticas. Enumeração	23	Art. 37.....	44
Art. 12.....	24	Art. 38.....	45
1. Tutela dos direitos da personalidade ...	25	Art. 39.....	45
2. Legitimidade para a tutela dos direitos da personalidade	25	TÍTULO II – DAS PESSOAS JURÍDICAS	46
3. Pessoa jurídica e direitos da personali- dade.....	25	Capítulo I – Disposições Gerais.....	46
Art. 13.....	27	Art. 40.....	46
		1. Introdução.....	46
		2. Denominação.....	47
		3. Natureza da pessoa jurídica	47
		3.1. Doutrinas da ficção	47
		3.2. Doutrinas da realidade	47
		3.3. Doutrinas negativistas.....	47

3.4. Doutrina da instituição.....	47	Art. 69.....	82
3.5. Conclusão.....	48	Art. 69-A.....	83
Art. 41.....	50	TÍTULO III – DO DOMICÍLIO.....	83
Art. 42.....	50	Art. 70.....	83
Art. 43.....	51	Art. 71.....	85
1. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas.....	51	Art. 72.....	85
2. Evolução doutrinária da responsabilidade civil da administração.....	52	Art. 73.....	86
3. O art. 15 do Código Civil de 1916. Art. 43 do atual Código,.....	54	Art. 74.....	86
4. Aplicação da teoria do risco administrativo.....	54	Art. 75.....	86
5. Responsabilidade por atos legislativos e judiciais.....	54	Art. 76.....	87
6. Reparação do dano: a ação de indenização.....	55	Art. 77.....	87
Art. 44.....	56	Art. 78.....	87
1. Pessoas jurídicas de direito privado.....	56	LIVRO II – DOS BENS.....	89
2. Organizações religiosas e partidos políticos.....	57	TÍTULO ÚNICO – DAS DIFERENTES CLASSES DE BENS.....	89
3. Grupos com personificação anômala ...	58	Capítulo I – Dos Bens Considerados em si Mesmos.....	89
Art. 45.....	60	Seção I – Dos Bens Imóveis.....	89
Art. 46.....	62	Art. 79.....	89
Art. 47.....	62	1. Bens e coisas: objeto do Direito.....	89
Art. 48.....	62	2. Bens corpóreos e incorpóreos.....	90
Art. 48-A.....	62	3. Móveis e imóveis.....	90
Art. 49.....	63	4. Regime dos bens imóveis.....	90
Art. 49-A.....	63	Art. 80.....	92
Art. 50.....	64	Art. 81.....	93
Art. 51.....	68	Seção II – Dos Bens Móveis.....	93
Art. 52.....	69	Art. 82.....	93
Capítulo II – Das Associações.....	70	Art. 83.....	94
Art. 53.....	70	Art. 84.....	94
1. Sociedades e associações.....	70	Seção III – Dos Bens Fungíveis e Consumíveis...	94
2. Associações.....	71	Art. 85.....	94
Art. 54.....	72	Art. 86.....	96
Art. 55.....	73	Seção IV – Dos Bens Divisíveis.....	96
Art. 56.....	73	Art. 87.....	96
Art. 57.....	75	Art. 88.....	97
Art. 58.....	76	Seção V – Dos Bens Singulares e Coletivos.....	97
Art. 59.....	76	Art. 89.....	97
Art. 60.....	78	Art. 90.....	98
Art. 61.....	78	Art. 91.....	98
Capítulo III – Das Fundações.....	79	Capítulo II – Dos Bens Reciprocamente Considerados.....	99
Art. 62.....	79	Art. 92.....	99
Art. 63.....	80	Art. 93.....	100
Art. 64.....	80	Art. 94.....	102
Art. 65.....	80	Art. 95.....	103
Art. 66.....	81	Art. 96.....	103
Art. 67.....	81	Art. 97.....	105
Art. 68.....	82	Capítulo III – Dos Bens Públicos.....	105
		Art. 98.....	105
		Art. 99.....	105
		Art. 100.....	106

Art. 101.....	106	Art. 129.....	141
Art. 102.....	107	1. Implemento ou não implemento das condições por malícia do interessado. Frustração da condição	141
Art. 103.....	108	2. Condição e pressuposição	141
LIVRO III – DOS FATOS JURÍDICOS.....	109	Art. 130.....	142
TÍTULO I – DO NEGÓCIO JURÍDICO.....	109	Art. 131.....	143
Capítulo I – Disposições Gerais.....	109	Art. 132.....	144
Art. 104.....	109	Art. 133.....	145
1. Introdução: os fatos jurídicos	109	Art. 134.....	145
2. Negócio jurídico	111	Art. 135.....	145
3. Elementos, pressupostos e requisitos....	111	Art. 136.....	146
4. Capacidade do agente	112	Art. 137.....	147
4.1. Legitimação	112	Capítulo IV – Dos Defeitos do Negócio Jurídico	147
5. Forma.....	113	Seção I – Do Erro ou Ignorância.....	147
6. Objeto	113	Art. 138.....	147
7. Causa.....	115	1. Defeitos dos negócios jurídicos.....	147
8. Vontade e sua declaração	116	2. Erro ou ignorância	149
8.1. Elementos constitutivos da declaração de vontade.....	116	3. Escusabilidade do erro.....	149
Art. 105.....	118	Art. 139.....	150
Art. 106.....	118	1. Erro substancial.....	150
Art. 107.....	118	2. Erro acidental.....	151
Art. 108.....	119	3. Erro de fato e erro de direito.....	151
Art. 109.....	119	Art. 140.....	152
Art. 110.....	120	Art. 141.....	153
Art. 111.....	121	Art. 142.....	153
Art. 112.....	122	Art. 143.....	153
Art. 113.....	123	Art. 144.....	153
Art. 114.....	128	1. Consequências da anulação do negócio por erro.....	154
Capítulo II – Da Representação	129	Seção II – Do Dolo.....	154
Art. 115.....	129	Art. 145.....	154
1. Conceito	129	1. Conceito de dolo	154
2. A figura do nuncio	129	2. Erro e dolo.....	155
3. Representação legal e voluntária	130	3. Dolo e fraude	155
Art. 116.....	131	4. Requisitos do dolo.....	155
Art. 117.....	131	Art. 146.....	156
Art. 118.....	132	1. Dolo essencial e dolo acidental.....	156
Art. 119.....	133	2. <i>Dolus bonus e dolus malus</i>	156
Art. 120.....	133	Art. 147.....	158
Capítulo III – Da Condição, do Termo e do Encargo.....	133	Art. 148.....	159
Art. 121.....	133	Art. 149.....	159
Art. 122.....	135	Art. 150.....	160
1. Condições lícitas e ilícitas	135	Seção III – Da Coação	160
2. Condição perplexa e potestativa	135	Art. 151.....	160
Art. 123.....	137	1. Conceito de coação	160
Art. 124.....	137	2. Requisitos da coação.....	161
Art. 125.....	137	2.1. Essencialidade da coação.....	161
Art. 126.....	138	2.2. Intenção de coagir	162
Art. 127.....	138	2.3. Gravidade do mal cominado.....	162
Art. 128.....	138		
1. Condição resolutiva e condição suspensiva	138		
2. Retroatividade da condição	140		

2.4. Injustiça ou ilicitude da cominação.....	162	3. Espécies de simulação.....	185
2.5. Dano atual ou iminente.....	162	4. Simulação absoluta e simulação relativa....	185
2.6. Justo receio de prejuízo igual, pelo menos, ao decorrente do dano extorquido. A posição do atual Código.....	162	5. Simulação maliciosa e simulação inocente.....	186
2.7. Ameaça de prejuízo à pessoa ou bens da vítima, ou pessoas de sua família.....	163	Art. 168.....	188
Art. 152.....	164	Art. 169.....	188
Art. 153.....	164	Art. 170.....	189
Art. 154.....	165	Art. 171.....	190
Art. 155.....	165	Art. 172.....	191
Seção IV – Do Estado de Perigo.....	166	Art. 173.....	191
Art. 156.....	166	Art. 174.....	192
Seção V – Da Lesão.....	167	Art. 175.....	192
Art. 157.....	167	Art. 176.....	193
1. Conceito.....	167	Art. 177.....	194
2. Noção histórica.....	168	1. Efeitos na anulabilidade.....	194
3. Conceito e requisitos.....	168	2. Distinção entre negócios nulos e negócios anuláveis.....	194
4. Procedimento judicial.....	170	3. Problemática da inexistência dos negócios jurídicos.....	194
5. Renúncia antecipada à alegação de lesão.....	170	Art. 178.....	195
6. Prazo decadencial.....	170	Art. 179.....	196
Seção VI – Da Fraude Contra Credores.....	171	Art. 180.....	196
Art. 158.....	171	Art. 181.....	197
1. Introdução.....	171	Art. 182.....	197
2. Noção histórica.....	172	Art. 183.....	198
3. Fraude em geral.....	172	Art. 184.....	198
4. Fraude contra credores.....	173	TÍTULO II – DOS ATOS JURÍDICOS LÍCITOS.....	200
5. Requisitos para a tipificação da fraude.....	173	Art. 185.....	200
Art. 159.....	175	TÍTULO III – DOS ATOS ILÍCITOS.....	201
Art. 160.....	176	Art. 186.....	201
Art. 161.....	176	1. Responsabilidade civil, responsabilidade contratual e extracontratual (negocial ou extranegocial).....	201
1. Ação pauliana.....	176	2. Elementos da responsabilidade extracontratual (extranegocial) ou aquiliana... ..	202
2. Fraude de execução.....	177	Art. 187.....	205
3. Ação revocatória falencial.....	178	1. Abuso de direito.....	205
Art. 162.....	179	2. Conceito de abuso de direito.....	205
Art. 163.....	179	3. Alguns aspectos significativos de abuso de direito.....	206
Art. 164.....	180	4. Aplicação da teoria do abuso em nosso direito.....	206
Art. 165.....	180	Art. 188.....	208
Capítulo V – Da Invalidade do Negócio Jurídico.....	181	1. Exclusão ou diminuição da responsabilidade.....	208
Art. 166.....	181	TÍTULO IV – DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA.....	211
1. Introdução ao estudo das nulidades do negócio jurídico.....	181	Capítulo I – Da Prescrição.....	211
2. Nulidade.....	181	Seção I – Disposições Gerais.....	211
Art. 167.....	184	Art. 189.....	211
1. Simulação. Conceito.....	184	1. Influência do tempo nas relações jurídicas.....	211
2. Requisitos.....	184		

2. Prescrição extintiva e prescrição aquisitiva	211	3.6. A perícia. A inspeção judicial	241
3. Síntese histórica da prescrição	212	Art. 213	244
4. Conceito e requisitos da prescrição	212	Art. 214	245
5. Ações imprescritíveis	213	Art. 215	245
Art. 190	214	Art. 216	247
Art. 191	215	Art. 217	247
Art. 192	216	Art. 218	248
Art. 193	217	Art. 219	248
Art. 194	217	Art. 220	248
Art. 195	218	Art. 221	249
Art. 196	218	Art. 222	250
Seção II – Das Causas que Impedem ou Suspendem a Prescrição	218	Art. 223	250
Art. 197	218	Art. 224	251
1. Impedimento, suspensão e interrupção da prescrição	218	Art. 225	251
2. As hipóteses desse artigo	219	Art. 226	252
Art. 198	220	Art. 227	253
Art. 199	221	Art. 228	253
Art. 200	222	Art. 229	254
Art. 201	222	Art. 230	254
Seção III – Das Causas que Interrompem a Prescrição	222	Art. 231	255
Art. 202	222	Art. 232	255
Art. 203	225	PARTE ESPECIAL	257
Art. 204	226	LIVRO I – DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES...	259
Seção IV – Dos Prazos da Prescrição	227	TÍTULO I – DAS MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES	259
Art. 205	227	1. Posição da obrigação no campo jurídico	259
Art. 206	227	2. Definição	260
Art. 206-A	232	3. Distinção entre direitos reais e direitos pessoais	261
Capítulo II – Da Decadência	233	4. Importância do direito das obrigações	262
Art. 207	233	5. Estrutura da relação obrigacional	262
1. A problemática da distinção entre prescrição e decadência	233	5.1. Sujeitos da relação obrigacional	263
2. Aspectos da decadência. Inexorabilidade do prazo decadencial	234	5.2. Objeto da relação obrigacional	263
Art. 208	234	5.3. Vínculo jurídico da relação obrigacional	264
Art. 209	234	5.4. Causa nas obrigações	265
Art. 210	235	Capítulo I – Das Obrigações de Dar	266
Art. 211	235	Seção I – Das Obrigações de Dar Coisa Certa...	266
TÍTULO V – DA PROVA	237	Art. 233	266
Art. 212	237	1. Obrigações de dar	266
1. Conceito, valor e função da forma	237	2. Obrigações de dar coisa certa	266
2. Prova dos negócios jurídicos	238	Art. 234	267
3. Meios de prova	239	Art. 235	268
3.1. Confissão	239	Art. 236	269
3.2. Atos processados em juízo	239	Art. 237	269
3.3. Documentos públicos ou particulares	240	Art. 238	270
3.4. A prova testemunhal	240	Art. 239	270
3.5. Presunções e indícios	240	Art. 240	270
		Art. 241	271
		Art. 242	271

Art. 243.....	272	Art. 265.....	294
Art. 244.....	273	Art. 266.....	295
Art. 245.....	274	Seção II – Da Solidariedade Ativa	295
Art. 246.....	274	Art. 267.....	295
Capítulo II – Das Obrigações de Fazer	275	1. Solidariedade ativa. Noção.....	295
Art. 247.....	275	2. Efeitos da solidariedade ativa	295
1. Obrigações de fazer.....	275	Art. 268.....	297
2. Obrigação de dar e de fazer	275	Art. 269.....	297
Art. 248.....	276	Art. 270.....	298
Art. 249.....	278	Art. 271.....	299
1. Obrigações de fazer fungíveis e não fungíveis	278	Art. 272.....	300
Capítulo III – Das Obrigações de Não Fazer	279	Art. 273.....	300
Art. 250.....	279	Art. 274.....	301
Art. 251.....	280	Seção III – Da Solidariedade Passiva.....	302
Capítulo IV – Das Obrigações Alternativas	281	Art. 275.....	302
Art. 252.....	281	1. Solidariedade passiva.....	302
1. Obrigações cumulativas e alternativas	281	2. Aspectos processuais da solidariedade. Pagamento parcial. A coisa julgada	302
2. Obrigação alternativa.....	281	Art. 276.....	304
3. Concentração e cumprimento da obrigação alternativa.....	282	Art. 277.....	304
Art. 253.....	283	Art. 278.....	305
Art. 254.....	284	Art. 279.....	305
Art. 255.....	284	Art. 280.....	306
Art. 256.....	284	Art. 281.....	306
I. Obrigações alternativas. Outras situações.....	285	1. Exceções pessoais e exceções gerais.....	306
1. Retratabilidade da concentração.....	285	Art. 282.....	308
II. Acréscimos sofridos pelas coisas na obrigação alternativa.....	286	Art. 283.....	309
III. Obrigações facultativas.....	286	Art. 284.....	310
1. As obrigações facultativas	286	Art. 285.....	310
IV. Efeitos da obrigação facultativa.....	287	Outras modalidades de obrigações.....	310
Capítulo V – Das Obrigações Divisíveis e Indivisíveis	287	1. Obrigações principais e acessórias.....	310
Art. 257.....	287	2. Obrigações líquidas e ilíquidas.....	311
1. Conceito	287	3. Obrigações condicionais	311
2. Pluralidade de credores e de devedores ...	288	4. Obrigações modais.....	312
Art. 258.....	289	5. Obrigações a termo.....	313
Art. 259.....	289	6. Obrigações de juros. Obrigações pecuniárias.....	313
Art. 260.....	290	6.1. Obrigações de juros.....	313
Art. 261.....	290	6.2. Obrigações pecuniárias.....	315
Art. 262.....	290	TÍTULO II – DA TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	318
Art. 263.....	291	Capítulo I – Da Cessão de Crédito.....	318
Capítulo VI – Das Obrigações Solidárias.....	291	Art. 286.....	318
Seção I – Disposições Gerais	291	1. A transmissibilidade das obrigações....	318
Art. 264.....	291	2. Conceito de cessão de crédito. Afina- des.....	318
1. Solidariedade. Antecedentes históricos ...	291	3. Natureza jurídica	319
2. Obrigações <i>in solidum</i>	292	4. Requisitos. Objeto. Capacidade e legiti- mação	319
3. Características e fundamento da soli- dardiedade.....	292	5. Espécies.....	319
		6. Efeitos	320

Art. 287.....	321	Art. 321.....	344
Art. 288.....	321	Art. 322.....	345
Art. 289.....	321	Art. 323.....	345
Art. 290.....	322	Art. 324.....	346
Art. 291.....	322	Art. 325.....	346
Art. 292.....	323	Art. 326.....	347
Art. 293.....	324	Seção IV – Do Lugar do Pagamento	347
Art. 294.....	324	Art. 327.....	347
Art. 295.....	325	Art. 328.....	348
Art. 296.....	325	Art. 329.....	348
Art. 297.....	325	Art. 330.....	349
Art. 298.....	326	Seção V – Do Tempo do Pagamento.....	349
Capítulo II – Da Assunção de Dívida	326	Art. 331.....	349
Art. 299.....	326	Art. 332.....	350
1. Conceito e natureza da assunção de dívida.....	326	Art. 333.....	351
2. Espécies.....	327	Capítulo II – Do Pagamento em Consignação	351
Art. 300.....	329	Art. 334.....	351
Art. 301.....	329	1. Interesse do devedor em extinguir a obrigação	351
Art. 302.....	330	2. Objeto da consignação	352
Art. 303.....	330	Art. 335.....	353
Cessão de posição contratual (cessão de contrato).....	330	Art. 336.....	355
TÍTULO III – DO ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	332	Art. 337.....	356
Capítulo I – Do Pagamento.....	332	Art. 338.....	356
Seção I – De Quem Deve Pagar.....	332	Art. 339.....	356
Art. 304.....	332	Art. 340.....	356
1. Pagamento. Extinção normal das obrigações.....	332	1. Procedimento da consignação.....	356
2. Natureza jurídica do pagamento.....	332	Art. 341.....	358
3. De quem deve pagar. O <i>solvens</i>	333	Art. 342.....	359
Art. 305.....	334	Art. 343.....	359
Art. 306.....	334	Art. 344.....	359
Art. 307.....	335	Art. 345.....	359
Seção II – Daqueles a Quem se Deve Pagar.....	336	Capítulo III – Do Pagamento com Sub-Rogação.....	359
Art. 308.....	336	Art. 346.....	359
Art. 309.....	337	1. Sub-rogação. Conceito.....	359
Art. 310.....	337	2. Origem histórica.....	360
Art. 311.....	338	3. Natureza jurídica e institutos afins.....	360
Art. 312.....	338	4. Sub-rogação legal	360
Seção III – Do Objeto do Pagamento e Sua Prova.....	339	Art. 347.....	361
Art. 313.....	339	Art. 348.....	362
Art. 314.....	339	Art. 349.....	363
Art. 315.....	340	Art. 350.....	363
Art. 316.....	340	Art. 351.....	364
Art. 317.....	341	Capítulo IV – Da Imputação do Pagamento	364
Art. 318.....	342	Art. 352.....	364
Art. 319.....	343	1. Imputação do pagamento. Conceito.....	364
Art. 320.....	343	2. Requisitos	365
		Art. 353.....	366
		Art. 354.....	366
		Art. 355.....	366

Capítulo V – Da Dação em Pagamento	367	3. Espécies.....	383
Art. 356.....	367	4. Efeitos	383
1. Conceito	367	Art. 386.....	384
2. Requisitos e natureza jurídica.....	367	Art. 387.....	384
Art. 357.....	368	Art. 388.....	384
Art. 358.....	368	TÍTULO IV – DO INADIMPLEMENTO DAS	
Art. 359.....	369	OBRIGAÇÕES.....	385
Capítulo VI – Da Novação.....	369	Capítulo I – Disposições Gerais	385
Art. 360.....	369	Art. 389.....	385
1. Conceito e espécies	369	1. Obrigação em crise	385
Art. 361.....	371	2. Inadimplemento absoluto e inadimple-	
1. Ânimo de novar e outros aspectos e re-		mento relativo. Adimplemento subs-	
quisitos.....	371	tancial.....	386
Art. 362.....	372	3. Responsabilidade negocial e extrane-	
Art. 363.....	372	gocial. Consequências da inexecução...	386
Art. 364.....	373	Art. 390.....	387
Art. 365.....	373	Art. 391.....	388
Art. 366.....	373	Art. 392.....	388
Art. 367.....	374	Art. 393.....	389
Capítulo VII – Da Compensação	374	1. Exoneração da excludente. A cláusula	
Art. 368.....	374	de não indenizar	390
1. Conceito	374	Capítulo II – Da Mora	391
2. Compensação em sua origem romana ...	374	Art. 394.....	391
3. Natureza jurídica.....	375	1. Mora.....	391
4. Efeitos	375	2. Mora do devedor	392
Art. 369.....	376	Art. 395.....	393
1. Modalidades.....	376	Art. 396.....	394
2. Requisitos para a compensação.....	377	Art. 397.....	394
Art. 370.....	378	Art. 398.....	395
Art. 371.....	378	Art. 399.....	396
1. Reciprocidade de créditos	378	Art. 400.....	396
Art. 372.....	378	1. Mora do credor.....	396
Art. 373.....	378	2. Efeitos da mora do credor	397
Art. 374.....	379	Art. 401.....	398
Art. 375.....	379	Capítulo III – Das Perdas e Danos.....	400
Art. 376.....	380	Art. 402.....	400
Art. 377.....	380	Art. 403.....	400
Art. 378.....	380	1. Indenização	400
Art. 379.....	380	2. Culpa do devedor	402
Art. 380.....	380	3. Prova da culpa	403
Capítulo VIII – Da Confusão.....	381	Art. 404.....	404
Art. 381.....	381	Art. 405.....	405
1. Confusão. Conceito e natureza jurídica...	381	Capítulo III – Das Perdas e Danos.....	405
2. Fontes da confusão.....	381	Art. 406.....	405
Art. 382.....	382	Art. 407.....	406
Art. 383.....	382	Capítulo V – Da Cláusula Penal.....	407
Art. 384.....	382	Art. 408.....	407
Capítulo IX – Da Remissão das Dívidas.....	382	1. Conceito. Natureza jurídica	407
Art. 385.....	382	Art. 409.....	408
1. Conceito. Natureza jurídica. Afinidades....	382	Art. 410.....	409
2. Origem histórica.....	383	Art. 411.....	409

Art. 412.....	410	7. Aceitação	437
Art. 413.....	411	Art. 428.....	438
Art. 414.....	412	1. Vinculação da oferta no Código de Defesa do Consumidor.....	440
Art. 415.....	412	2. Formação dos contratos por meio de processamento de dados.....	441
Art. 416.....	413	Art. 429.....	442
Capítulo VI – Das Arras ou Sinal.....	413	Art. 430.....	443
Art. 417.....	413	Art. 431.....	443
1. Conceito de arras.....	413	Art. 432.....	444
2. Noção histórica.....	414	Art. 433.....	444
3. Arras no Código Civil de 1916. Arras confirmatórias e arras penitenciais	415	Art. 434.....	444
4. Arras e obrigação alternativa.....	416	Art. 435.....	445
5. Arras e cláusula penal.....	416	Seção III – Da Estipulação em Favor de Terceiro	445
6. Arras no atual Código	416	Art. 436.....	445
Art. 418.....	417	1. Terceiros e o Contrato	445
Art. 419.....	418	2. Verdadeiros terceiros na relação contratual.....	446
Art. 420.....	418	3. Contratos em favor de terceiros	446
TÍTULO V – DOS CONTRATOS EM GERAL..	420	Art. 437.....	447
Capítulo I – Disposições Gerais.....	420	Art. 438.....	448
Seção I – Preliminares	420	Seção IV – Da Promessa de Fato de Terceiro	448
Art. 421.....	420	Art. 439.....	448
1. Historicidade do conceito de contrato. Sua evolução. A chamada crise do contrato	420	Art. 440.....	449
2. Função social do contrato	422	Seção V – Dos Vícios Redibitórios.....	449
Art. 421-A	423	Art. 441.....	449
Art. 422.....	424	1. Obrigações de garantia na entrega da coisa.....	449
1. Princípio da boa-fé nos contratos. Desdobramentos. Proibição de comportamento contraditório (<i>venire contra factum proprium</i>).....	424	2. Vícios redibitórios. Conceito	450
2. A boa-fé contratual no vigente Código. A boa-fé objetiva	425	3. Noção histórica.....	450
3. Proibição de comportamento contraditório: <i>venire contra factum proprium</i>	426	4. Requisitos	451
Art. 423.....	427	Art. 442.....	452
Art. 424.....	428	Art. 443.....	453
1. Contratos com cláusulas predispostas..	428	Art. 444.....	453
2. Despersonalização do contratante	428	Art. 445.....	454
3. Contrato de adesão	429	1. Prazos decadenciais no atual Código ...	454
Art. 425.....	430	2. Vícios ocultos segundo o Código de Defesa do Consumidor.....	455
Art. 426.....	433	3. Decadência e prescrição no Código de Defesa do Consumidor. Vícios aparentes e ocultos	457
Seção II – Da Formação dos Contratos	434	Art. 446.....	458
Art. 427.....	434	Seção VI – Da Evicção	459
1. Período pré-contratual. Formação da vontade contratual.....	434	Art. 447.....	459
2. Contratos preliminares. A opção	435	1. Conceito	459
3. Oferta ou proposta	435	2. Noção histórica.....	460
4. Força vinculante da oferta.....	436	3. Requisitos	460
5. Manutenção da proposta pelos sucessores do ofertante	436	4. Requisito da existência de sentença judicial.....	460
6. Proposta não obrigatória.....	437	5. Evicção nas aquisições judiciais	461
		Art. 448.....	462

Art. 449.....	462	2. Fundamentos da possibilidade de revisão judicial dos contratos.....	485
Art. 450.....	463	3. Justificativa para a aplicação judicial da teoria da imprevisão.....	485
Art. 451.....	464	4. Origens históricas. A cláusula <i>rebus sic stantibus</i>	486
Art. 452.....	464	5. Requisitos para a aplicação da cláusula ...	486
Art. 453.....	464	6. Como se opera a revisão. Efeitos.....	487
Art. 454.....	464	7. Soluções legais. Direito comparado.....	487
Art. 455.....	464	8. Cláusula de exclusão da revisão judicial.....	489
Art. 456.....	464	Art. 479.....	490
Art. 457.....	465	Art. 480.....	490
Seção VII – Dos Contratos Aleatórios.....	466	TÍTULO VI – DAS VÁRIAS ESPÉCIES DE CONTRATO.....	492
Art. 458.....	466	Capítulo I – Da Compra e Venda.....	492
Art. 459.....	467	Seção I – Disposições Gerais.....	492
Art. 460.....	468	Art. 481.....	492
Art. 461.....	468	1. Conceito. Efeitos obrigacionais do contrato de compra e venda.....	492
Seção VIII – Do Contrato Preliminar.....	468	2. Classificação.....	493
Art. 462.....	468	Art. 482.....	495
Art. 463.....	471	1. Elementos constitutivos. Coisa, preço e consentimento. Forma.....	495
Art. 464.....	472	Art. 483.....	497
Art. 465.....	472	Art. 484.....	498
Art. 466.....	472	Art. 485.....	499
Seção IX – Do Contrato com Pessoa a Declarar..	472	Art. 486.....	500
Art. 467.....	472	Art. 487.....	500
Art. 468.....	473	Art. 488.....	501
Art. 469.....	473	Art. 489.....	501
Art. 470.....	473	Art. 490.....	501
Art. 471.....	473	Art. 491.....	502
Capítulo II – Da Extinção do Contrato.....	473	Art. 492.....	502
Seção I – Do Distrato.....	473	Art. 493.....	504
Art. 472.....	473	Art. 494.....	504
1. Transitoriedade e desfazimento dos contratos. Extinção.....	474	Art. 495.....	504
2. Resilição dos contratos.....	474	Art. 496.....	505
3. Distrato e forma.....	475	1. Falta de legitimação do contratante na compra e venda.....	505
4. Quitação, recibo.....	475	2. Venda a descendente (art. 1.132 do Código de 1916 e art. 496 do atual Código).....	505
Art. 473.....	476	3. Negócios jurídicos assemelhados à compra e venda. Incidência ou não da anulabilidade.....	505
Seção II – Da Cláusula Resolutiva.....	477	4. Natureza jurídica da nulidade conforme o Código Civil de 1916. Prescrição.....	506
Art. 474.....	477	5. A hipótese de venda de ascendente a descendente no atual Código.....	507
1. Resolução por inexecução involuntária... ..	479	6. Consentimento dos descendentes. O consentimento do cônjuge no atual Código.....	507
2. Resolução por inadimplemento antecipado.....	479		
Art. 475.....	481		
Seção III – Da Exceção de Contrato não Cumprido.....	482		
Art. 476.....	482		
1. Possibilidade de renúncia à exceção de contrato não cumprido: cláusula <i>solve et repete</i>	483		
Art. 477.....	484		
Seção IV – Da Resolução por Onerosidade Excessiva.....	484		
Art. 478.....	484		
1. Princípio da obrigatoriedade dos contratos e possibilidade de revisão.....	484		

7. Venda a descendente por interposta pessoa.....	508	Subseção V – Da Venda Sobre Documentos	531
8. Ação de nulidade do art. 1.132. A anulação no atual Código	509	Art. 529.....	531
Art. 497.....	510	Art. 530.....	531
Art. 498.....	511	Art. 531.....	532
Art. 499.....	512	Art. 532.....	532
Art. 500.....	512	Capítulo II – Da Troca ou Permuta	532
1. Venda <i>ad corpus e ad mensuram</i>	512	Art. 533.....	532
Art. 501.....	514	1. Conceito	532
Art. 502.....	515	2. Natureza.....	532
Art. 503.....	515	3. Efeitos	533
1. Vício redibitório em coisas vendidas conjuntamente	516	Capítulo III – Do Contrato Estimatório.....	533
2. Garantia contra vícios redibitórios e evicção	516	Art. 534.....	533
Art. 504.....	516	Art. 535.....	535
Seção II – Das Cláusulas Especiais à Compra e Venda	517	Art. 536.....	536
Subseção I – Da Retrovenda.....	517	Art. 537.....	536
Art. 505.....	517	Capítulo IV – Da Doação	536
Art. 506.....	519	Seção I – Disposições Gerais	536
Art. 507.....	520	Art. 538.....	536
Art. 508.....	520	1. Conceito. Natureza contratual. Conteúdo. Origens. Características.....	536
Subseção II – Da Venda a Contento e da Sujeta a Prova	520	2. <i>Animus donandi</i>	537
Art. 509.....	520	3. Aceitação. Capacidade e legitimação....	538
Art. 510.....	521	4. Doações em prejuízo dos credores do doador.....	539
Art. 511.....	521	5. Efeitos. Obrigações das partes.....	539
Art. 512.....	522	6. Promessa de doação.....	540
Subseção III – Da Preempção ou Preferência ...	522	Art. 539.....	541
Art. 513.....	522	Art. 540.....	541
1. Direito de preferência legal. Preferência do inquilino.....	523	Art. 541.....	542
Art. 514.....	525	Art. 542.....	543
Art. 515.....	525	Art. 543.....	543
Art. 516.....	525	Art. 544.....	543
Art. 517.....	525	Art. 545.....	544
Art. 518.....	526	Art. 546.....	544
Art. 519.....	526	Art. 547.....	545
Art. 520.....	528	Art. 548.....	545
Subseção IV – Da Venda com Reserva de Domínio	528	Art. 549.....	546
Art. 521.....	528	Art. 550.....	547
Art. 522.....	529	Art. 551.....	548
Art. 523.....	529	Art. 552.....	548
Art. 524.....	529	Art. 553.....	548
Art. 525.....	530	Art. 554.....	549
Art. 526.....	530	Seção II – Da Revogação da Doação.....	549
Art. 527.....	530	Art. 555.....	549
Art. 528.....	531	Art. 556.....	549
		Art. 557.....	549
		Art. 558.....	551
		Art. 559.....	551
		Art. 560.....	551
		Art. 561.....	552
		Art. 562.....	552

Art. 563.....	552	Art. 596.....	575
Art. 564.....	552	Art. 597.....	576
Capítulo V – Da Locação de Coisas	552	Art. 598.....	576
Art. 565.....	552	Art. 599.....	576
1. Espécies de locação. Conceitos. Natureza..	553	Art. 600.....	576
2. Capacidade. Objeto. Aluguel	554	Art. 601.....	577
Art. 566.....	554	Art. 602.....	577
Art. 567.....	555	Art. 603.....	577
Art. 568.....	555	Art. 604.....	577
Art. 569.....	555	Art. 605.....	577
Art. 570.....	556	Art. 606.....	577
Art. 571.....	556	Art. 607.....	578
Art. 572.....	557	Art. 608.....	578
Art. 573.....	557	Art. 609.....	578
Art. 574.....	557	Capítulo VIII – Da Empreitada	579
Art. 575.....	557	Art. 610.....	579
Art. 576.....	558	1. Conceito de empreitada. Importância..	579
Art. 577.....	559	2. Modalidades.....	579
Art. 578.....	559	3. Forma.....	580
Capítulo VI – Do Empréstimo	559	4. Figuras afins: prestação de serviço, contrato de trabalho, mandato, compra e venda, fornecimento. Construção por administração	580
Seção I – Do Comodato.....	559	Art. 611.....	582
Art. 579.....	559	Art. 612.....	582
1. Empréstimo em geral.....	559	Art. 613.....	582
2. Comodato. Natureza. Objeto. Forma ...	559	Art. 614.....	583
3. Promessa de comodato.....	560	Art. 615.....	584
4. Comodato modal	560	Art. 616.....	584
Art. 580.....	561	Art. 617.....	585
Art. 581.....	562	Art. 618.....	585
Art. 582.....	563	Art. 619.....	587
Art. 583.....	563	Art. 620.....	588
Art. 584.....	563	Art. 621.....	588
Art. 585.....	563	Art. 622.....	589
1. Direitos e obrigações do comodatário..	563	Art. 623.....	589
2. Direitos e obrigações do comodante ...	564	Art. 624.....	589
3. Restituição. Interpelação. Pagamento de aluguel. Benfeitorias	564	Art. 625.....	589
4. Extinção.....	565	Art. 626.....	590
Seção II – Do Mútuo.....	565	Capítulo IX – Do Depósito.....	591
Art. 586.....	565	Seção I – Do Depósito Voluntário	591
Art. 587.....	567	Art. 627.....	591
Art. 588.....	568	1. Conceito. Natureza. Objeto.....	591
Art. 589.....	568	2. Espécies. Depósito voluntário	591
Art. 590.....	568	Art. 628.....	592
Art. 591.....	569	Art. 629.....	592
Art. 592.....	571	Art. 630.....	593
Capítulo VII – Da Prestação de Serviço	571	Art. 631.....	593
Art. 593.....	571	Art. 632.....	593
1. Conceito. Denominação.....	571	Art. 633.....	593
2. Natureza. Distinção de outros contratos..	573	Art. 634.....	594
Art. 594.....	574		
Art. 595.....	575		

Art. 635.....	594	Art. 680.....	612
Art. 636.....	594	Art. 681.....	612
Art. 637.....	594	Seção IV – Da Extinção do Mandato.....	612
Art. 638.....	594	Art. 682.....	612
Art. 639.....	595	Art. 683.....	614
Art. 640.....	595	Art. 684.....	614
Art. 641.....	595	Art. 685.....	616
Art. 642.....	595	Art. 686.....	616
Art. 643.....	595	Art. 687.....	617
Art. 644.....	596	Art. 688.....	617
Art. 645.....	596	Art. 689.....	618
Art. 646.....	596	Art. 690.....	618
Seção II – Do Depósito Necessário.....	597	Seção V – Do Mandato Judicial.....	618
Art. 647.....	597	Art. 691.....	618
Art. 648.....	597	Art. 692.....	618
Art. 649.....	597	Capítulo XI – Da Comissão.....	620
Art. 650.....	598	Art. 693.....	620
Art. 651.....	598	Art. 694.....	621
Art. 652.....	598	Art. 695.....	622
Capítulo X – Do Mandato.....	598	Art. 696.....	623
Seção I – Disposições Gerais.....	598	Art. 697.....	624
Art. 653.....	598	Art. 698.....	624
Art. 654.....	601	Art. 699.....	625
Art. 655.....	602	Art. 700.....	625
Art. 656.....	603	Art. 701.....	625
Art. 657.....	603	Art. 702.....	625
Art. 658.....	604	Art. 703.....	626
Art. 659.....	604	Art. 704.....	626
Art. 660.....	605	Art. 705.....	626
Art. 661.....	605	Art. 706.....	626
Art. 662.....	605	Art. 707.....	627
Art. 663.....	607	Art. 708.....	627
Art. 664.....	607	Art. 709.....	627
Art. 665.....	607	Capítulo XII – Da Agência e Distribuição.....	627
Art. 666.....	607	Art. 710.....	627
Seção II – Das Obrigações do Mandatário.....	607	1. Tratamento conjunto de ambos os contratos. Os contratos de agência e distribuição e o representante comercial.....	627
Art. 667.....	607	2. Comercialização por terceiros.....	628
Art. 668.....	609	3. Agência.....	629
Art. 669.....	610	3.1. Agência e contrato de <i>lobby</i>	630
Art. 670.....	610	4. Características. Remuneração do agente..	630
Art. 671.....	610	5. Distribuição.....	631
Art. 672.....	610	Art. 711.....	632
Art. 673.....	611	Art. 712.....	633
Art. 674.....	611	Art. 713.....	633
Seção III – Das Obrigações do Mandante.....	611	Art. 714.....	633
Art. 675.....	611	Art. 715.....	633
Art. 676.....	611	Art. 716.....	633
Art. 677.....	612	Art. 717.....	634
Art. 678.....	612	Art. 718.....	634
Art. 679.....	612		

Art. 719.....	634	Art. 754.....	659
Art. 720.....	634	Art. 755.....	659
Art. 721.....	635	Art. 756.....	660
Capítulo XIII – Da Corretagem.....	635	Capítulo XV – Do Seguro.....	660
Art. 722.....	635	Seção I – Disposições Gerais.....	660
1. Conceito. Natureza jurídica.....	635	Art. 757.....	660
2. Corretor.....	636	1. Origens. Conceito.....	660
3. Extinção do contrato de corretagem....	637	2. Características. Natureza jurídica.....	662
Art. 723.....	637	3. Objeto.....	663
Art. 724.....	638	4. Espécies.....	663
Art. 725.....	639	Art. 758.....	664
Art. 726.....	640	Art. 759.....	665
Art. 727.....	641	Art. 760.....	666
Art. 728.....	642	Art. 761.....	667
Art. 729.....	642	1. Multiplicidade de seguros. Cosseguro..	667
Capítulo XIV – Do Transporte.....	642	2. Resseguro.....	669
Seção I – Disposições Gerais.....	642	Art. 762.....	670
Art. 730.....	642	Art. 763.....	670
1. Conceito. Origens.....	642	Art. 764.....	671
2. Natureza jurídica.....	643	Art. 765.....	672
2.1. Espécies.....	644	Art. 766.....	673
3. Sujeitos.....	644	Art. 767.....	674
4. Objeto.....	644	Art. 768.....	674
5. Frete.....	644	Art. 769.....	675
6. Obrigações das partes. Vistoria e protes- to. Responsabilidade do transportador....	645	Art. 770.....	676
7. Particularidades do transporte aéreo....	646	Art. 771.....	676
Art. 731.....	646	Art. 772.....	677
Art. 732.....	647	Art. 773.....	677
Art. 733.....	647	Art. 774.....	678
Seção II – Do Transporte de Pessoas.....	648	Art. 775.....	678
Art. 734.....	648	Art. 776.....	679
Art. 735.....	649	Art. 777.....	679
Art. 736.....	650	Seção II – Do Seguro de Dano.....	679
Art. 737.....	651	Art. 778.....	679
Art. 738.....	652	Art. 779.....	679
1. Bilhete de passagem.....	652	Art. 780.....	680
Art. 739.....	653	1. Extinção do contrato de seguro.....	680
Art. 740.....	653	2. Prescrição.....	680
Art. 741.....	654	Art. 781.....	681
Art. 742.....	655	Art. 782.....	682
Seção III – Do Transporte de Coisas.....	655	Art. 783.....	682
Art. 743.....	655	Art. 784.....	682
Art. 744.....	655	Art. 785.....	682
Art. 745.....	656	Art. 786.....	683
Art. 746.....	656	Art. 787.....	684
Art. 747.....	656	Art. 788.....	685
Art. 748.....	657	Seção III – Do Seguro de Pessoa.....	686
Art. 749.....	657	Art. 789.....	686
Art. 750.....	657	Art. 790.....	686
Art. 751.....	658	Art. 791.....	687
Art. 752.....	658	Art. 792.....	687
Art. 753.....	658	Art. 793.....	688
		Art. 794.....	689

Art. 795.....	689	Art. 835.....	710
Art. 796.....	690	Art. 836.....	712
Art. 797.....	690	Seção III – Da Extinção da Fiança	712
Art. 798.....	690	Art. 837.....	712
Art. 799.....	691	Art. 838.....	713
Art. 800.....	691	Art. 839.....	714
Art. 801.....	692	Capítulo XIX – Da Transação	714
Art. 802.....	693	Art. 840.....	714
Capítulo XVII - Constituição de Renda.....	693	1. Conceito. Peculiaridades.....	714
Art. 803.....	693	2. Natureza contratual da transação. Características	715
Art. 804.....	693	Art. 841.....	716
Art. 805.....	694	1. Objeto	716
Art. 806.....	694	2. Capacidade para transigir. Poder de transigir	717
Art. 807.....	695	Art. 842.....	717
Art. 808.....	695	Art. 843.....	718
Art. 809.....	696	Art. 844.....	719
Art. 810.....	696	Art. 845.....	719
Art. 811.....	696	Art. 846.....	719
Art. 812.....	696	Art. 847.....	720
Art. 813.....	696	Art. 848.....	720
Capítulo XVII – Do Jogo e da Aposta.....	697	Art. 849.....	720
Art. 814.....	697	Art. 850.....	720
1. Conceito. Natureza jurídica	697	Capítulo XX – Do Compromisso.....	720
2. Espécies de jogo. Natureza da obrigação. Características.....	698	Art. 851.....	720
Art. 815.....	699	Art. 852.....	721
Art. 816.....	699	Art. 853.....	721
Art. 817.....	700	1. Conceito e utilidade	721
Capítulo XVIII – Da Fiança	700	2. Natureza jurídica	722
Seção I – Disposições Gerais.....	700	3. Origem histórica.....	722
Art. 818.....	700	4. Cláusula compromissória. Rumos impostos pela lei. Execução específica: ação para instituição da arbitragem.....	723
Art. 819.....	702	4.1. Aspectos da cláusula compromissória.....	723
1. Requisitos subjetivos. Legitimidade. Outorga conjugal.....	703	4.2. Procedimentos para execução específica da cláusula compromissória	725
Art. 819-A. (VETADO).....	704	5. Modalidades.....	726
Art. 820.....	704	6. Requisitos do compromisso. Autorização para decidir por equidade.....	726
Art. 821.....	704	7. Dos árbitros.....	727
Art. 822.....	705	8. Do procedimento arbitral	728
Art. 823.....	705	9. Da sentença arbitral	729
Art. 824.....	706	10. Sentenças arbitrais estrangeiras.....	731
Art. 825.....	706	11. Extinção do compromisso.....	732
Art. 826.....	706	TÍTULO VII – DOS ATOS UNILATERAIS	735
Seção II – Dos Efeitos da Fiança	707	Capítulo I – Da Promessa de Recompensa.....	735
Art. 827.....	707	Art. 854.....	735
Art. 828.....	708	Art. 855.....	736
Art. 829.....	709		
Art. 830.....	709		
Art. 831.....	709		
Art. 832.....	710		
Art. 833.....	710		
Art. 834.....	710		

Art. 856.....	737	4. Direito moderno, sistema alemão e sistema francês.....	751
Art. 857.....	737	5. Aplicação da teoria do enriquecimento sem causa no Direito brasileiro.....	753
Art. 858.....	737	6. Requisitos do enriquecimento sem causa.....	753
Art. 859.....	737	7. Objeto da restituição.....	754
Art. 860.....	738	Art. 885.....	755
Capítulo II – Da Gestão de Negócios.....	738	Art. 886.....	755
Art. 861.....	738	1. Ação de <i>in rem verso</i>	755
Art. 862.....	740	1.1. Enriquecimento.....	755
Art. 863.....	740	1.2. Empobrecimento correlativo.....	755
Art. 864.....	740	1.3. Ausência de causa jurídica.....	755
Art. 865.....	740	1.4. Ausência de interesse pessoal do empobrecido.....	756
Art. 866.....	741	2. A subsidiariedade da ação.....	756
Art. 867.....	741	TÍTULO VIII – DOS TÍTULOS DE CRÉDITO...	758
Art. 868.....	741	Capítulo I – Disposições Gerais.....	758
Art. 869.....	741	Art. 887.....	758
Art. 870.....	741	1. Generalidades. Conceito. Características. O Código de 2002.....	758
Art. 871.....	742	2. Legislação dos títulos de crédito.....	760
Art. 872.....	742	Art. 888.....	761
Art. 873.....	742	Art. 889.....	761
Art. 874.....	743	1. Requisitos essenciais.....	761
Art. 875.....	743	Art. 890.....	762
Capítulo III – Do Pagamento Indevido.....	743	Art. 891.....	762
Art. 876.....	743	Art. 892.....	763
1. Enriquecimento sem causa e pagamento indevido.....	744	Art. 893.....	763
2. Pagamento indevido.....	744	Art. 894.....	763
3. Pagamento em geral. Conteúdo.....	744	Art. 895.....	763
4. Posição da matéria na lei. Fonte autônoma de obrigações.....	744	Art. 896.....	763
5. Pressupostos do pagamento indevido..	745	Art. 897.....	763
Art. 877.....	745	Art. 898.....	763
Art. 878.....	747	Art. 899.....	764
Art. 879.....	747	Art. 900.....	764
1. <i>Accipiens</i> aliena de boa-fé por título oneroso.....	748	Art. 901.....	766
2. <i>Accipiens</i> aliena de boa-fé por título gratuito.....	748	Art. 902.....	766
3. <i>Accipiens</i> aliena a terceiro de má-fé.....	748	Art. 903.....	766
4. Má-fé do <i>accipiens</i>	748	Capítulo II – Do Título ao Portador.....	766
5. Síntese.....	748	Art. 904.....	766
Art. 880.....	748	Art. 905.....	768
Art. 881.....	749	Art. 906.....	768
Art. 882.....	749	Art. 907.....	768
Art. 883.....	749	Art. 908.....	768
Capítulo IV – Do Enriquecimento Sem Causa....	750	Art. 909.....	769
Art. 884.....	750	Capítulo III – Do Título à Ordem.....	769
1. Enriquecimento sem causa. Conteúdo.	750	Art. 910.....	769
2. Enriquecimento sem causa e pagamento indevido como fonte de obrigações..	750	Saque, aceite, endosso, aval e outros institutos típicos do direito cambial.....	769
3. Tratamento da matéria no Direito Romano.....	750	1. Saque.....	769

2. Aceite	769	1. O fato de terceiro.....	799
3. Endosso	770	Art. 931.....	800
4. Aval.....	772	Art. 932.....	802
Art. 911.....	773	1. Responsabilidade direta e indireta.....	802
Art. 912.....	773	2. Responsabilidade dos pais pelos filhos menores	803
Art. 913.....	773	3. Responsabilidade de tutores e curadores...	805
Art. 914.....	773	4. Responsabilidade do empregador e assemelhado	806
Art. 915.....	773	5. Responsabilidade dos donos de hotéis e similares.....	808
Art. 916.....	773	6. Responsabilidade dos estabelecimentos de ensino	808
Art. 917.....	774	7. Responsabilidade dos que participaram gratuitamente nos produtos do crime....	809
Art. 918.....	774	Art. 933.....	810
Art. 919.....	775	Art. 934.....	811
Art. 920.....	775	Art. 935.....	811
Capítulo IV – Do Título Nominativo	775	1. Responsabilidade civil e penal.....	811
Art. 921.....	775	2. Execução da sentença penal condenatória.....	813
Art. 922.....	775	3. Sentença penal absolutória	816
Art. 923.....	776	Art. 936.....	818
Art. 924.....	776	Art. 937.....	821
Art. 925.....	776	1. O fato da coisa	821
Art. 926.....	776	2. Responsabilidade pela ruína de edifício ..	822
TÍTULO IX – DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	777	Art. 938.....	824
Capítulo I – Da Obrigação de Indenizar	777	Art. 939.....	826
Art. 927.....	777	Art. 940.....	826
1. Introdução. Responsabilidade civil: princípios orientadores. Responsabilidades subjetiva e objetiva.....	777	Art. 941.....	826
1.1. Responsabilidade objetiva. Risco	779	1. Responsabilidade por demanda antecipada de dívida ou de dívida já paga.....	826
1.2. Responsabilidade civil e penal.....	781	Art. 942.....	827
1.3. Responsabilidade contratual e extracontratual (responsabilidade negocial e extranegocial).....	781	Art. 943.....	828
1.4. Ato ilícito	781	Capítulo II – Da Indenização.....	828
1.5. Culpa.....	782	Art. 944.....	828
1.6. Dano e indenização.....	786	Art. 945.....	830
1.7. Nexo causal.....	790	Art. 946.....	831
1.8. Excludentes da responsabilidade. Rompimento do nexo causal. Culpa da vítima.....	790	Art. 947.....	831
1.9. Caso fortuito e força maior	791	Art. 948.....	831
1.10. Estado de necessidade. Legítima defesa. Exercício regular de direito..	792	Art. 949.....	833
1.11. Cláusula de não indenizar. Cláusula limitativa de responsabilidade	792	Art. 950.....	833
1.12. Imputabilidade.....	794	Art. 951.....	834
1.13. O parágrafo único do art. 927. Atividade de risco.....	795	Art. 952.....	834
Art. 928.....	797	Art. 953.....	835
Art. 929.....	798	Art. 954.....	836
Art. 930.....	798	TÍTULO X – DAS PREFERÊNCIAS E PRIVILEGIOS CREDITÓRIOS	837
		Art. 955.....	837
		Art. 956.....	837

Art. 957.....	837	Art. 993.....	861
Art. 958.....	837	Art. 993.....	861
Art. 959.....	837	Art. 994.....	861
Art. 960.....	838	Art. 995.....	862
Art. 961.....	838	Art. 996.....	862
Art. 962.....	838	SUBTÍTULO II – DA SOCIEDADE PERSO-	
Art. 963.....	838	NIFICADA	862
Art. 964.....	838	Capítulo I – Da Sociedade Simples.....	862
Art. 965.....	839	Seção I – Do Contrato Social	862
LIVRO II – DO DIREITO DE EMPRESA	841	Art. 997.....	862
TÍTULO I – DO EMPRESÁRIO.....	841	Art. 998.....	865
Capítulo I – Da Caracterização e da Inscrição.....	841	Art. 999.....	865
Art. 966.....	841	Art. 1.000.....	866
Art. 967.....	843	Seção II – Dos Direitos e Obrigações dos Sócios ..	866
Art. 968.....	844	Art. 1.001.....	866
Art. 969.....	846	Art. 1.002.....	866
Art. 970.....	846	Art. 1.003.....	866
Art. 971.....	846	Art. 1.004.....	867
Capítulo II – Da Capacidade.....	847	Art. 1.005.....	868
Art. 972.....	847	Art. 1.006.....	868
Art. 973.....	848	Art. 1.007.....	868
Art. 974.....	848	Art. 1.008.....	869
Art. 975.....	849	Seção III – Da Administração.....	869
Art. 976.....	849	Art. 1.009.....	869
Art. 977.....	849	Seção III – Da Administração.....	870
Art. 978.....	850	Art. 1.010.....	870
Art. 979.....	850	Art. 1.011.....	871
Art. 980.....	851	Art. 1.012.....	871
TÍTULO I-A – DA EMPRESA INDIVIDUAL		Art. 1.013.....	872
DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.....	852	Art. 1.014.....	872
Art. 980-A.....	852	Art. 1.015.....	872
TÍTULO II – DA SOCIEDADE	853	Art. 1.016.....	873
Capítulo Único – Disposições Gerais	855	Art. 1.017.....	873
Art. 981.....	855	Art. 1.018.....	874
Art. 982.....	856	Art. 1.019.....	874
Art. 983.....	856	Art. 1.020.....	874
Art. 984.....	857	Art. 1.021.....	874
Art. 985.....	857	Seção IV – Das Relações com Terceiros.....	875
SUBTÍTULO I – DA SOCIEDADE NÃO PER-		Art. 1.022.....	875
SONIFICADA	858	Art. 1.023.....	875
Capítulo I – Da Sociedade em Comum	858	Art. 1.024.....	875
Art. 986.....	858	Art. 1.025.....	876
Art. 987.....	859	Art. 1.026.....	877
Art. 988.....	859	Art. 1.027.....	877
Art. 989.....	859	Seção V – Da Resolução da Sociedade em	
Art. 990.....	860	Relação a um Sócio	878
Capítulo II – Da Sociedade em Conta de Par-		Art. 1.028.....	878
ticipação	860	Art. 1.029.....	878
Art. 991.....	860	Art. 1.030.....	879
Art. 992.....	861	Art. 1.031.....	880
		Art. 1.032.....	881

Seção VI – Da Dissolução.....	882	Art. 1.072.....	899
Art. 1.033.....	882	Art. 1.073.....	900
Art. 1.034.....	883	Art. 1.074.....	900
Art. 1.035.....	883	Art. 1.075.....	901
Art. 1.036.....	883	Art. 1.076.....	901
Art. 1.037.....	884	Art. 1.077.....	901
Art. 1.038.....	884	Art. 1.078.....	902
Capítulo II – Da Sociedade em Nome Co-		Art. 1.079.....	903
letivo.....	885	Art. 1.080.....	903
Art. 1.039.....	885	Art. 1.080-A.....	904
Art. 1.040.....	885	Seção VI – Do Aumento e da Redução do	
Art. 1.041.....	885	Capital	904
Art. 1.042.....	885	Art. 1.081.....	904
Art. 1.043.....	885	Art. 1.082.....	905
Art. 1.044.....	886	Art. 1.083.....	905
Capítulo III – Da Sociedade em Comandita		Art. 1.084.....	906
Simplex	886	Seção VII – Da Resolução da Sociedade em	
Art. 1.045.....	886	Relação a Sócios Minoritários.....	906
Art. 1.046.....	886	Art. 1.085.....	906
Art. 1.047.....	886	Art. 1.086.....	907
Art. 1.048.....	887	Seção VIII – Da Dissolução.....	907
Art. 1.049.....	887	Art. 1.087.....	907
Art. 1.050.....	887	Capítulo V – Da Sociedade Anônima.....	908
Art. 1.051.....	887	Seção Única – Da Caracterização	908
Capítulo IV – Da Sociedade Limitada.....	888	Art. 1.088.....	908
Seção I – Disposições Preliminares	888	Art. 1.089.....	908
Art. 1.052.....	888	Capítulo VI – Da Sociedade em Comandita –	
Art. 1.053.....	889	por Ações.....	909
Art. 1.054.....	890	Art. 1.090.....	909
Seção II – Das Quotas.....	890	Art. 1.091.....	909
Art. 1.055.....	890	Art. 1.092.....	910
Art. 1.056.....	891	Capítulo VII – Da Sociedade Cooperativa.....	910
Art. 1.057.....	892	Art. 1.093.....	910
Art. 1.058.....	892	Art. 1.094.....	911
Art. 1.059.....	893	Art. 1.095.....	912
Seção III – Da Administração	893	Art. 1.096.....	913
Art. 1.060.....	893	Capítulo IX – Da Liquidação da Sociedade	913
Art. 1.061.....	894	Art. 1.097.....	913
Art. 1.062.....	894	Art. 1.098.....	914
Art. 1.063.....	895	Art. 1.099.....	914
Art. 1.064.....	895	Art. 1.100.....	914
Art. 1.065.....	896	Art. 1.101.....	914
Seção IV – Do Conselho Fiscal	896	Capítulo IX – Da Liquidação da Sociedade	915
Art. 1.066.....	896	Art. 1.102.....	915
Art. 1.067.....	897	Art. 1.103.....	916
Art. 1.068.....	897	Art. 1.104.....	917
Art. 1.069.....	897	Art. 1.105.....	917
Art. 1.070.....	898	Art. 1.106.....	918
Seção V – Das Deliberações dos Sócios.....	989	Art. 1.107.....	918
Art. 1.071.....	898	Art. 1.108.....	918
		Art. 1.109.....	919

Art. 1.110.....	919	TÍTULO IV – DOS INSTITUTOS COMPLE-	
Art. 1.111.....	919	MENTARES	937
Art. 1.112.....	919	Capítulo I – Do Registro.....	937
Capítulo X – Da Transformação, da Incorporação, da Fusão e da Cisão das Sociedades.....	920	Art. 1.150.....	937
Seção I – Disposições Gerais.....	920	Art. 1.151.....	937
Art. 1.113.....	920	Art. 1.152.....	938
Art. 1.114.....	920	Art. 1.153.....	939
Art. 1.115.....	921	Art. 1.154.....	939
Art. 1.116.....	921	Capítulo II – Do Nome Empresarial.....	939
Art. 1.117.....	922	Art. 1.155.....	939
Art. 1.118.....	923	Art. 1.156.....	940
Art. 1.119.....	923	Art. 1.157.....	941
Art. 1.120.....	923	Art. 1.158.....	941
Art. 1.121.....	924	Art. 1.159.....	941
Art. 1.122.....	924	Art. 1.160.....	942
CAPÍTULO XI – Da Sociedade Dependente de Autorização	925	Art. 1.161.....	942
Seção I – Disposições Gerais.....	925	Art. 1.162.....	942
Art. 1.123.....	925	Art. 1.163.....	943
Art. 1.124.....	925	Art. 1.164.....	943
Art. 1.125.....	925	Art. 1.165.....	943
Seção II – Da Sociedade Nacional.....	926	Art. 1.166.....	944
Art. 1.126.....	926	Art. 1.167.....	945
Art. 1.127.....	926	Art. 1.168.....	945
Art. 1.128.....	926	Capítulo III – Dos Prepostos.....	945
Art. 1.129.....	927	Seção I – Disposições Gerais.....	945
Art. 1.130.....	927	Art. 1.169.....	945
Art. 1.131.....	927	Art. 1.170.....	946
Art. 1.132.....	927	Art. 1.171.....	946
Art. 1.133.....	928	Seção II – Do Gerente.....	947
Seção III – Da Sociedade Estrangeira.....	928	Art. 1.172.....	947
Art. 1.134.....	928	Art. 1.173.....	947
Art. 1.135.....	929	Art. 1.174.....	947
Art. 1.136.....	929	Art. 1.175.....	948
Art. 1.137.....	930	Art. 1.176.....	948
Art. 1.138.....	930	Seção III – Do Contabilista e Outros Auxiliares ...	948
Art. 1.139.....	930	Art. 1.177.....	948
Art. 1.140.....	930	Art. 1.178.....	949
Art. 1.141.....	931	Capítulo IV – Da Escrituração.....	949
TÍTULO III – DO ESTABELECIMENTO.....	932	Art. 1.179.....	949
Capítulo Único – Disposições Gerais.....	932	Art. 1.180.....	950
Art. 1.142.....	932	Art. 1.181.....	950
Art. 1.143.....	933	Art. 1.182.....	950
Art. 1.144.....	933	Art. 1.183.....	951
Art. 1.145.....	934	Art. 1.184.....	951
Art. 1.146.....	934	Art. 1.185.....	952
Art. 1.147.....	935	Art. 1.186.....	952
Art. 1.148.....	936	Art. 1.187.....	952
Art. 1.149.....	936	Art. 1.188.....	953
		Art. 1.189.....	953
		Art. 1.190.....	953
		Art. 1.191.....	954
		Art. 1.192.....	954

Art. 1.193.....	954	mediato.....	980
Art. 1.194.....	955	4. Interditos possessórios. Ações posses-	
Art. 1.195.....	955	sórias no CPC.....	982
LIVRO III – DO DIREITO DAS COISAS.....	957	Art. 1.211.....	983
TÍTULO I – DA POSSE.....	957	Art. 1.212.....	984
Capítulo I – Da Posse e sua Classificação.....	957	Art. 1.213.....	984
Art. 1.196.....	957	Art. 1.214.....	985
1. Proteção a um estado de aparência.....	957	Art. 1.215.....	985
2. Posse e propriedade. Juízo possessório		Art. 1.216.....	985
e juízo petitório.....	958	1. Percepção dos frutos.....	985
3. Conceito de posse: <i>corpus</i> e <i>animus</i>	959	Art. 1.217.....	987
4. Objeto da posse. Posse de direitos.....	960	Art. 1.218.....	987
Art. 1.197.....	962	Art. 1.219.....	988
1. Posse direta e indireta.....	962	Art. 1.220.....	988
Art. 1.198.....	964	1. Indenização por benfeitorias e direito	
1. Detenção. Fâmulos da posse.....	964	de retenção.....	988
Art. 1.199.....	966	Art. 1.221.....	989
1. Composse.....	966	Art. 1.222.....	990
Art. 1.200.....	967	Capítulo IV – Da Perda da Posse.....	990
1. Posse justa e injusta. Posse violenta,		Art. 1.223.....	990
clandestina e precária.....	967	1. Perda da posse.....	990
Art. 1.201.....	969	2. Perda da posse pelo abandono.....	991
Art. 1.202.....	969	3. Perda da posse pela tradição.....	991
1. Posse de boa-fé e de má-fé. Justo título		4. Perda ou destruição da coisa. Coisas	
Art. 1.203.....	971	postas fora do comércio.....	991
1. Princípio de continuidade do caráter		5. Posse de outrem. Perda da posse do au-	
da posse.....	971	sente.....	992
2. Posse <i>ad interdicta</i> e posse <i>ad usucapionem</i> . Posse nova e posse velha.....	972	6. Perda da posse pelo <i>constituto possessório</i>	992
Capítulo II – Da Aquisição da Posse.....	973	7. Perda da posse de direitos.....	992
Art. 1.204.....	973	Art. 1.224.....	993
1. Aquisição da posse.....	973	TÍTULO II – DOS DIREITOS REAIS.....	995
2. Apreensão da coisa ou exercício do direito. Aquisição originária e derivada...	974	Capítulo Único – Disposições Gerais.....	995
3. Modalidades de tradição.....	974	Art. 1.225.....	995
4. Disposição da coisa ou do direito.....	975	1. O universo dos direitos reais. Relação	
5. Modos de aquisição da posse em geral.	975	das pessoas com as coisas.....	995
Art. 1.205.....	975	2. Concessão de uso especial para fins de	
1. Quem pode adquirir a posse.....	975	moradia e concessão de direito real de	
Art. 1.206.....	976	uso.....	996
Art. 1.207.....	976	3. Direitos reais e direitos pessoais.....	998
Art. 1.208.....	977	4. Situações intermediárias entre direitos	
1. Atos que não induzem posse.....	978	reais e direitos pessoais.....	998
Art. 1.209.....	978	5. Obrigações <i>propter rem</i>	999
Capítulo III – Dos Efeitos da Posse.....	979	6. Ônus reais.....	999
Art. 1.210.....	979	7. Obrigações com eficácia real.....	1000
1. Efeitos da posse. Sua classificação. Proteção possessória.....	979	8. Classificação dos direitos reais.....	1000
2. Fundamentos e âmbito da proteção possessória. Histórico.....	980	Art. 1.226.....	1001
3. Legítima defesa da posse. Desforço		Art. 1.227.....	1002
		TÍTULO III – DA PROPRIEDADE.....	1004
		Capítulo I – Da Propriedade em Geral.....	1004
		Seção I – Disposições Preliminares.....	1004

Art. 1.228.....	1004	Seção III – Da Aquisição por Acesso	1032
1. Sobre a natureza jurídica da propriedade.....	1004	Art. 1.248.....	1032
2. Objeto do direito de propriedade.....	1005	Subseção I – Das Ilhas	1032
Art. 1.229.....	1010	Art. 1.249.....	1032
Art. 1.230.....	1011	Subseção II – Da Aluvião	1033
Art. 1.231.....	1011	Art. 1.250.....	1033
Art. 1.232.....	1012	Subseção III – Da Avulsão	1034
Seção II – Da Descoberta	1013	Art. 1.251.....	1034
Art. 1.233.....	1013	Subseção IV – Do Álveo Abandonado	1034
1. Invenção ou descoberta.....	1013	Art. 1.252.....	1034
Art. 1.234.....	1013	Subseção V – Das Construções e Plantações	1035
Art. 1.235.....	1013	Art. 1.253.....	1035
Art. 1.236.....	1013	Art. 1.254.....	1035
Art. 1.237.....	1013	Art. 1.255.....	1035
Capítulo II – Da Aquisição da Propriedade		Art. 1.256.....	1036
Imóvel	1014	Art. 1.257.....	1037
Seção I – Da Usucapião	1014	Art. 1.258.....	1038
Art. 1.238.....	1014	Art. 1.259.....	1039
1. Aquisição originária e derivada: a título singular e a título universal.....	1014	Capítulo III – Da Aquisição da Propriedade	
2. Usucapião: introdução. Notícia histórica...	1015	Móvel	1040
3. Fundamentos da usucapião	1015	Seção I – Da Usucapião	1040
4. Requisitos da usucapião. Usucapião ordinário e extraordinário no Código de 1916.....	1017	Art. 1.260.....	1040
5. Justo título e boa-fé na usucapião ordinária no Código de 1916	1018	Art. 1.261.....	1040
6. Usucapião no atual Código. Modalidades. Uma nova perspectiva.....	1019	Art. 1.262.....	1041
Art. 1.239.....	1020	1. Aquisição da propriedade móvel. Introdução.....	1041
1. Usucapião especial. Constituição de 1988.....	1020	2. Usucapião da coisa móvel	1041
Art. 1.240.....	1022	Seção II – Da Ocupação	1042
Art. 1.240-A.....	1023	Art. 1.263.....	1042
1. Usucapião coletivo instituído pelo Estatuto da Cidade, com redação dada pela Lei 13.465/2017. Aquisição de propriedade de imóvel reivindicando (art. 1.228, § 4º)	1024	Seção III – Do Achado do Tesouro	1043
Art. 1.241.....	1026	Art. 1.264.....	1043
Art. 1.242.....	1026	Art. 1.265.....	1043
Art. 1.243.....	1027	Art. 1.266.....	1043
Art. 1.244.....	1028	Seção IV – Da Tradição	1045
Seção II – Da Aquisição pelo Registro do Título	1029	Art. 1.267.....	1045
Art. 1.245.....	1029	Art. 1.268.....	1046
Art. 1.246.....	1030	Seção V – Da Especificação	1047
Art. 1.247.....	1031	Art. 1.269.....	1047
		Art. 1.270.....	1047
		Art. 1.271.....	1047
		Seção VI – Da Confusão, da Comissão e da Adjunção	1048
		Art. 1.272.....	1048
		Art. 1.273.....	1048
		Art. 1.274.....	1048
		Capítulo IV – Da Perda da Propriedade	1049
		Art. 1.275.....	1049
		1. Perda da propriedade.....	1049

2. Alienação.....	1050	Art. 1.311.....	1082
3. Renúncia.....	1050	Art. 1.312.....	1082
4. Abandono.....	1051	Art. 1.313.....	1083
5. Perecimento do objeto.....	1051	Capítulo VI – Do Condomínio Geral.....	1084
6. Desapropriação.....	1051	Seção I – Do Condomínio Voluntário.....	1084
Art. 1.276.....	1053	Subseção I – Dos direitos e deveres dos con-	
Capítulo V – Dos Direitos de Vizinhança	1054	dôminos.....	1084
Seção I – Do Uso Anormal da Propriedade.....	1054	Art. 1.314.....	1084
Art. 1.277.....	1054	1. Comunhão de direitos e condomínio...	1084
Art. 1.278.....	1058	2. Antecedentes históricos e natureza do	
Art. 1.279.....	1058	condomínio.....	1085
Art. 1.280.....	1059	3. Modalidades e fontes do condomínio ..	1085
Art. 1.281.....	1060	4. Direitos e deveres dos condôminos	1086
Seção II – Das Árvores Limitrofes	1060	Art. 1.315.....	1089
Art. 1.282.....	1060	Art. 1.316.....	1090
Art. 1.283.....	1060	Art. 1.317.....	1090
Art. 1.284.....	1061	Art. 1.318.....	1090
Seção III – Da Passagem Forçada	1062	Art. 1.319.....	1090
Art. 1.285.....	1062	Art. 1.320.....	1091
Seção IV– Da Passagem de Cabos e Tubula-		Art. 1.321.....	1092
ções	1063	Art. 1.322.....	1092
Art. 1.286.....	1063	Subseção II – Da Administração do Condo-	
Art. 1.287.....	1064	mínio	1094
Seção V – Das Águas.....	1064	Art. 1.323.....	1094
Art. 1.288.....	1064	Art. 1.324.....	1094
Art. 1.289.....	1066	Art. 1.325.....	1095
Art. 1.290.....	1067	Art. 1.326.....	1096
Art. 1.291.....	1068	Seção II – Do Condomínio Necessário.....	1096
Art. 1.292.....	1068	Art. 1.327.....	1096
Art. 1.293.....	1068	Art. 1.328.....	1096
Art. 1.294.....	1069	Art. 1.329.....	1097
Art. 1.295.....	1070	Art. 1.330.....	1097
Art. 1.296.....	1070	Capítulo VII – Do Condomínio Edifício.....	1097
Seção VI – Dos Limites entre Prédios e do		Seção I – Disposições Gerais.....	1097
Direito de Tapagem	1070	Art. 1.331.....	1097
Art. 1.297.....	1070	1. Denominação de natureza jurídica.	
Art. 1.298.....	1071	Duplicidade de natureza no direito de	
1. Demarcação	1071	propriedade: unidades autônomas e	
2. Direito de tapagem.....	1073	áreas comuns. Personificação	1098
Seção VII – Do Direito de Construir.....	1075	2. Constituição e objeto. Incorporação	
Art. 1.299.....	1075	imobiliária.....	1099
Art. 1.300.....	1077	3. Partes suscetíveis de utilização inde-	
Art. 1.301.....	1077	pendente	1100
Art. 1.302.....	1078	Art. 1.332.....	1101
Art. 1.303.....	1079	Art. 1.333.....	1102
Art. 1.304.....	1079	Art. 1.334.....	1102
Art. 1.305.....	1079	Art. 1.335.....	1105
Art. 1.306.....	1080	Art. 1.336.....	1105
Art. 1.307.....	1081	Art. 1.337.....	1108
Art. 1.308.....	1081	Art. 1.338.....	1110
Art. 1.309.....	1081	Art. 1.339.....	1111
Art. 1.310.....	1081	Art. 1.340.....	1111
		Art. 1.341.....	1112

Art. 1.342.....	1113	Art. 1.358-Q.....	1128
Art. 1.343.....	1113	Art. 1.358-R.....	1129
Art. 1.344.....	1114	Art. 1.358-S.....	1129
Art. 1.345.....	1114	Art. 1.358-T.....	1129
Art. 1.346.....	1115	Art. 1.358-U.....	1130
Seção II – Da Administração do Condomínio ...	1115	Capítulo VIII – Da Propriedade Resolúvel	1131
Art. 1.347.....	1115	Art. 1.359.....	1131
Art. 1.348.....	1115	1. Propriedade resolúvel. Hipóteses.....	1131
Art. 1.349.....	1116	2. Propriedade sujeita à condição ou termo.....	1132
Art. 1.350.....	1116	Art. 1.360.....	1133
Art. 1.351.....	1117	Capítulo IX – Da Propriedade Fiduciária	1134
Art. 1.352.....	1117	Art. 1.361.....	1134
Art. 1.353.....	1117	Art. 1.362.....	1135
Art. 1.354.....	1118	Art. 1.363.....	1137
Art. 1.355.....	1118	Art. 1.364.....	1137
Art. 1.356.....	1119	Art. 1.365.....	1137
Seção III – Da Extinção do Condomínio	1119	Art. 1.366.....	1137
Art. 1.357.....	1119	Art. 1.367.....	1139
Art. 1.358.....	1119	Art. 1.368.....	1139
Seção IV – Do Condomínio de Lotes(Incluído pela Lei nº 13.465, de 2017).....	1119	Art. 1.368-A.....	1139
Art. 1.358-A.....	1119	Art. 1.368-B.....	1139
CAPÍTULO VII-A – Do condomínio em multipropriedade.....	1120	Capítulo X – Do Fundo de Investimento.....	1140
Art. 1.358-B.....	1120	Art. 1.368-C.....	1140
1. Novas Manifestações Condominiais: Loteamentos Fechados, <i>Shopping Centers</i> , Clubes de Campo, Cemitérios.....	1120	Art. 1.368-D.....	1140
2. Multipropriedade (<i>time-sharing</i>).....	1121	Art. 1.368-E.....	1140
Art. 1.358-C.....	1123	Art. 1.368-F.....	1140
Art. 1.358-D.....	1123	TÍTULO IV – DA SUPERFÍCIE	1142
Art. 1.358-E.....	1123	Art. 1.369.....	1142
Seção II – Da Instituição da Multipropriedade.....	1124	1. Direitos reais limitados.....	1142
Art. 1.358-F.....	1124	2. Superfície.....	1142
Art. 1.358-G.....	1124	3. Direito de superfície no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001)	1143
Art. 1.358-H.....	1124	Art. 1.370.....	1144
Seção III – Dos Direitos e das Obrigações do Multiproprietário.....	1125	Art. 1.371.....	1144
Art. 1.358-I.....	1125	Art. 1.372.....	1145
Art. 1.358-J.....	1126	Art. 1.373.....	1145
Art. 1.358-K.....	1126	Art. 1.374.....	1145
Seção IV – Da Transferência da Multipropriedade	1126	Art. 1.375.....	1146
Art. 1.358-L.....	1126	Art. 1.376.....	1146
Seção V – Da Administração da Multipropriedade	1127	Art. 1.377.....	1146
Art. 1.358-M.....	1127	TÍTULO V – DAS SERVIDÕES.....	1147
Art. 1.358-N.....	1127	Capítulo I – Da Constituição das Servidões.....	1147
Seção VI – Disposições Específicas Relativas às Unidades Autônomas de Condomínios Edifícios.....	1127	Art. 1.378.....	1147
Art. 1.358-O.....	1127	1. Servidão. Conceito. Notícia histórica ...	1147
Art. 1.358-P.....	1128	2. Características.....	1148
		3. Servidões e limitações decorrentes de vizinhança. Servidões administrativas	1148
		4. Classificação.....	1148
		5. Origem e constituição das servidões	1149
		Art. 1.379.....	1150
		Capítulo II – Do Exercício das Servidões	1151
		Art. 1.380.....	1151

Art. 1.381.....	1151	TÍTULO IX – DO DIREITO DO PROMI-	
Art. 1.382.....	1151	TENTE COMPRADOR.....	1171
Art. 1.383.....	1151	Art. 1.417.....	1171
Art. 1.384.....	1152	1. Origens. Conceito	1171
Art. 1.385.....	1152	2. Natureza jurídica	1172
1. Modalidades de servidão. Origem his-		Art. 1.418.....	1172
tórica. Exercício. Ampliação da servi-			
dão.....	1153	TÍTULO X – DO PENHOR, DA HIPOTECA	
Art. 1.386.....	1153	E DA ANTICRESE.....	1174
Capítulo III – Da Extinção das Servidões	1154	Capítulo I – Disposições Gerais.....	1174
Art. 1.387.....	1154	Art. 1.419.....	1174
Art. 1.388.....	1154	1. Direitos reais de garantia. Conceito.	
Art. 1.389.....	1155	Notícia histórica	1174
1. Ações decorrentes das servidões.....	1155	2. Crédito e garantia.....	1175
TÍTULO VI – DO USUFRUTO	1156	Art. 1.420.....	1176
Capítulo I – Disposições Gerais.....	1156	1. Capacidade para instituir a garantia e	
Art. 1.390.....	1156	seu objeto.....	1176
1. Conceito. Notícia histórica	1156	2. Bem em condomínio	1177
2. Natureza jurídica. Características	1156	Art. 1.421.....	1177
3. Classificação. Usufruto e outros insti-		Art. 1.422.....	1178
tutos. Fideicomisso.....	1157	Art. 1.423.....	1179
Art. 1.391.....	1158	Art. 1.424.....	1179
Art. 1.392.....	1159	Art. 1.425.....	1180
Art. 1.393.....	1160	1. Quando se considera a dívida vencida.....	1180
Capítulo II – Dos Direitos do Usufrutuário.....	1161	2. Extinção dos direitos reais de garantia.....	1181
Art. 1.394.....	1161	Art. 1.426.....	1181
Art. 1.395.....	1161	Art. 1.427.....	1182
Art. 1.396.....	1162	Art. 1.428.....	1182
Art. 1.397.....	1162	Art. 1.429.....	1183
Art. 1.398.....	1162	Art. 1.430.....	1184
Art. 1.399.....	1162	Capítulo II – Do Penhor	1184
Capítulo III – Dos Deveres do Usufrutuário	1162	Seção I – Da Constituição do Penhor	1184
Art. 1.400.....	1162	Art. 1.431.....	1184
Art. 1.401.....	1163	1. Penhor: conceito e noções gerais	1184
Art. 1.402.....	1163	2. Penhor convencional	1185
Art. 1.403.....	1163	Art. 1.432.....	1186
Art. 1.404.....	1164	Seção II – Dos Direitos do Credor Pignora-	
Art. 1.405.....	1164	tório.....	1187
Art. 1.406.....	1165	Art. 1.433.....	1187
Art. 1.407.....	1165	Art. 1.434.....	1189
Art. 1.408.....	1165	Seção III – Das Obrigações do Credor Pigno-	
Art. 1.409.....	1165	raticio.....	1189
Capítulo IV – Da Extinção do Usufruto.....	1166	Art. 1.435.....	1189
Art. 1.410.....	1166	Seção IV – Da Extinção do Penhor.....	1190
Art. 1.411.....	1167	Art. 1.436.....	1190
TÍTULO VII – DO USO.....	1168	Art. 1.437.....	1191
Art. 1.412.....	1168	Seção V – Do Penhor Rural.....	1191
Art. 1.413.....	1168	1. Modalidades especiais de penhor	1191
TÍTULO VIII – DA HABITAÇÃO	1169	Subseção I – Disposições Gerais	1192
Art. 1.414.....	1169	Art. 1.438.....	1192
Art. 1.415.....	1169	Art. 1.439.....	1193
Art. 1.416.....	1169	Art. 1.440.....	1193
		Art. 1.441.....	1194
		Subseção II – Do Penhor Agrícola.....	1194
		Art. 1.442.....	1194

Art. 1.443.....	1195	Art. 1.484.....	1213
Subseção III – Do Penhor Pecuário.....	1196	Art. 1.485.....	1214
Art. 1.444.....	1196	Art. 1.486.....	1214
Art. 1.445.....	1196	Art. 1.487.....	1214
Art. 1.446.....	1197	Art. 1.488.....	1215
Seção VI – Do Penhor Industrial e Mercantil ...	1197	Seção II – Da Hipoteca Legal.....	1216
Art. 1.447.....	1197	Art. 1.489.....	1216
Art. 1.448.....	1197	1. Hipóteses de hipoteca legal.....	1216
Art. 1.449.....	1198	2. Hipoteca judicial.....	1218
Art. 1.450.....	1198	Art. 1.490.....	1218
Seção VII – Do Penhor de Direito e Títulos de		Art. 1.491.....	1218
Crédito.....	1198	Seção III – Do Registro da Hipoteca.....	1218
Art. 1.451.....	1198	Art. 1.492.....	1218
Art. 1.452.....	1199	Art. 1.493.....	1219
Art. 1.453.....	1199	Art. 1.494.....	1219
Art. 1.454.....	1200	Art. 1.495.....	1220
Art. 1.455.....	1200	Art. 1.496.....	1220
Art. 1.456.....	1200	Art. 1.497.....	1221
Art. 1.457.....	1201	Art. 1.498.....	1221
Art. 1.458.....	1201	Seção IV – Da Extinção da Hipoteca.....	1221
Art. 1.459.....	1201	Art. 1.499.....	1221
Art. 1.460.....	1202	Art. 1.500.....	1223
Seção VIII – Do Penhor de Veículos.....	1202	Art. 1.501.....	1223
Art. 1.461.....	1202	Seção V – Da Hipoteca de Vias Férreas.....	1224
Art. 1.462.....	1202	Art. 1.502.....	1224
Art. 1.463.....	1203	Art. 1.503.....	1224
Art. 1.464.....	1203	Art. 1.504.....	1224
Art. 1.465.....	1203	Art. 1.505.....	1224
Art. 1.466.....	1203	1. Hipoteca naval e aérea.....	1224
Seção IX – Do Penhor Legal.....	1204	2. Hipoteca em vias férreas.....	1225
Art. 1.467.....	1204	Capítulo IV – Da Anticrese.....	1225
Art. 1.468.....	1204	Art. 1.506.....	1225
Art. 1.469.....	1205	1. Conceito. Notícia histórica.....	1225
Art. 1.470.....	1205	2. Conteúdo do artigo.....	1225
Art. 1.471.....	1205	Art. 1.507.....	1227
Art. 1.472.....	1205	Art. 1.508.....	1227
Capítulo III – Da Hipoteca.....	1206	Art. 1.509.....	1228
Seção I – Disposições Gerais.....	1206	Art. 1.510.....	1228
Art. 1.473.....	1206	1. Extinção da anticrese.....	1228
1. Notícia histórica.....	1206	2. Remição pelo adquirente.....	1228
2. Princípios gerais.....	1207	TÍTULO XI – DA LAJE.....	1229
3. Bens que podem ser dados em hipoteca.....	1207	Art. 1.510-A.....	1229
Art. 1.474.....	1208	Art. 1.510-B.....	1229
Art. 1.475.....	1209	Art. 1.510-C.....	1229
Art. 1.476.....	1210	Art. 1.510-D.....	1229
Art. 1.477.....	1210	Art. 1.510-E.....	1229
Art. 1.478.....	1211	LIVRO IV – DO DIREITO DE FAMÍLIA.....	1233
Art. 1.479.....	1211	TÍTULO I – DO DIREITO PESSOAL.....	1233
Art. 1.480.....	1212	SUBTÍTULO I – DO CASAMENTO.....	1233
Art. 1.481.....	1212	Capítulo I – Disposições Gerais.....	1233
Art. 1.482.....	1213	Art. 1.511.....	1233
Art. 1.483.....	1213	1. Lineamentos históricos.....	1233

2. Casamento no Direito brasileiro. Conceito.....	1234	Art. 1.544.....	1258
3. Natureza jurídica do casamento.....	1234	Art. 1.545.....	1259
4. Características do casamento. Finalidades. Pressupostos.....	1235	Art. 1.546.....	1259
Art. 1.512.....	1236	Art. 1.547.....	1259
Art. 1.513.....	1236	Capítulo VIII – Da Invalidade do Casamento.....	1260
Art. 1.514.....	1236	Art. 1.548.....	1260
Art. 1.515.....	1237	1. Casamento inexistente.....	1260
Art. 1.516.....	1237	2. Nulidade e inexistência do casamento.....	1261
Capítulo II – Da Capacidade para o Casamento.....	1239	3. Nulidades do casamento.....	1262
Art. 1.517.....	1239	4. Casos de nulidade.....	1262
Art. 1.518.....	1239	Art. 1.549.....	1263
Art. 1.519.....	1239	Art. 1.550.....	1263
Art. 1.520.....	1240	Art. 1.551.....	1264
Capítulo III – Dos Impedimentos.....	1240	Art. 1.552.....	1264
Art. 1.521.....	1240	Art. 1.553.....	1264
1. Impedimentos.....	1240	Art. 1.554.....	1264
2. Aspectos gerais dos impedimentos.....	1241	Art. 1.555.....	1264
3. Impedimentos no Código.....	1241	Art. 1.556.....	1265
Art. 1.522.....	1244	Art. 1.557.....	1265
Capítulo IV – Das Causas Suspensivas.....	1245	1. Erro essencial sobre a pessoa.....	1265
Art. 1.523.....	1245	1.1. Erro quanto à identidade, honra e boa fama.....	1265
Art. 1.524.....	1246	1.2. Ignorância de crime.....	1267
Capítulo V – Do Processo de Habilitação para o Casamento.....	1246	2. O dolo não é causa de anulação.....	1268
Art. 1.525.....	1246	Art. 1.558.....	1269
Art. 1.526.....	1247	Art. 1.559.....	1269
1. Lineamentos históricos.....	1247	Art. 1.560.....	1269
2. Habilitação.....	1247	Art. 1.561.....	1270
Art. 1.527.....	1250	1. Casamento putativo. Conceito.....	1270
1. Dispensa de proclamas.....	1251	2. Condições do casamento putativo.....	1270
Art. 1.528.....	1251	2.1. Erro de direito e erro de fato no casamento putativo.....	1271
Art. 1.529.....	1251	3. Efeitos do casamento putativo.....	1271
Art. 1.530.....	1251	4. Declaração de putatividade.....	1272
Art. 1.531.....	1252	Art. 1.562.....	1272
Art. 1.532.....	1252	Art. 1.563.....	1272
Capítulo VI – Da Celebração do Casamento.....	1252	Art. 1.564.....	1273
Art. 1.533.....	1252	Capítulo IX – Da Eficácia do Casamento.....	1273
1. Ritos matrimoniais.....	1252	Art. 1.565.....	1273
2. Cerimônia do casamento.....	1253	1. Introdução.....	1273
Art. 1.534.....	1253	2. Eficácia do casamento.....	1274
Art. 1.535.....	1253	3. Sobrenome do cônjuge.....	1275
Art. 1.536.....	1254	4. Planejamento familiar.....	1275
Art. 1.537.....	1254	Art. 1.566.....	1275
Art. 1.538.....	1255	Art. 1.567.....	1277
Art. 1.539.....	1255	Art. 1.568.....	1277
Art. 1.540.....	1255	Art. 1.569.....	1278
Art. 1.541.....	1256	Art. 1.570.....	1278
Art. 1.542.....	1257	Capítulo X – Da Dissolução da Sociedade e do Vínculo Conjugal.....	1278
Capítulo VII – Das Provas do Casamento.....	1258	Art. 1.571.....	1278
Art. 1.543.....	1258	1. Introdução.....	1278

2. Separação e divórcio. Aspectos legais comparativos.....	1280	Art. 1.601.....	1311
Art. 1.572.....	1281	Art. 1.602.....	1313
1. Separação por ruptura da vida em comum.....	1282	Art. 1.603.....	1313
2. Separação por grave doença mental	1283	Art. 1.604.....	1313
3. Efeitos patrimoniais na forma do § 3º	1283	Art. 1.605.....	1313
Art. 1.573.....	1283	Art. 1.606.....	1314
Art. 1.574.....	1284	Capítulo III – Do Reconhecimento dos Filhos	1315
1. Processo de divórcio por mútuo consentimento. Possibilidade de realização por escritura pública.....	1285	Art. 1.607.....	1315
Art. 1.575.....	1287	1. Evolução legislativa.....	1315
Art. 1.576.....	1287	Art. 1.608.....	1316
Art. 1.577.....	1287	Art. 1.609.....	1317
Art. 1.578.....	1288	1. Reconhecimento de filhos.....	1317
Art. 1.579.....	1290	2. Reconhecimento voluntário. Lei nº 8.560/1992. Atual Código.....	1317
Art. 1.580.....	1290	3. Averiguação oficiosa de paternidade....	1320
Art. 1.581.....	1291	Art. 1.610.....	1320
1. Partilha. Promessa de doação.....	1291	Art. 1.611.....	1321
Art. 1.582.....	1292	Art. 1.612.....	1321
Capítulo XI – Da Proteção da Pessoa dos Filhos	1293	Art. 1.613.....	1321
Art. 1.583.....	1293	Art. 1.614.....	1321
Art. 1.584.....	1296	Art. 1.615.....	1322
Art. 1.585.....	1297	1. Investigação de maternidade	1324
Art. 1.586.....	1297	Art. 1.616.....	1324
Art. 1.587.....	1297	Art. 1.617.....	1324
Art. 1.588.....	1297	Capítulo IV – Da Adoção	1324
Art. 1.589.....	1298	Art. 1.618.....	1324
Art. 1.590.....	1299	Art. 1.619.....	1324
SUBTÍTULO II – DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO.....	1299	Art. 1.620.....	1325
Capítulo I – Disposições Gerais.....	1299	Art. 1.621.....	1325
Art. 1.591.....	1299	Art. 1.622.....	1325
Art. 1.592.....	1300	Art. 1.623.....	1325
Art. 1.593.....	1300	Art. 1.624.....	1325
Art. 1.594.....	1301	Art. 1.625.....	1325
Art. 1.595.....	1301	Art. 1.626.....	1325
Capítulo II – Da Filiação	1302	Art. 1.627.....	1325
Art. 1.596.....	1302	Art. 1.628.....	1325
1. Filiação. Conceito.....	1302	Art. 1.629.....	1325
2. Filiação legítima. Paridade na filiação..	1303	1. Adoção. Conceito.....	1325
Art. 1.597.....	1304	2. Lineamentos históricos.....	1327
1. Provas de paternidade. Os filhos provenientes de inseminação artificial. A reprodução assistida.....	1305	3. Natureza jurídica	1328
2. Biogenética e paternidade	1307	4. Adoção no Estatuto da Criança e do Adolescente. Evolução legislativa. A Lei da Adoção	1328
Art. 1.598.....	1310	5. Guarda	1329
Art. 1.599.....	1310	6. Adoção no Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei da Adoção. Requisitos	1331
Art. 1.600.....	1311	6.1. Estágio de convivência.....	1333
		6.2. Adoção internacional.....	1333
		6.3. Sentença e registro.....	1334
		6.4. Efeitos da adoção	1334
		6.5. Cadastro de crianças e adolescentes para adoção.....	1335

7. Adoção: o Estatuto da Criança e do Adolescente e o atual Código Civil. Lei da Adoção.....	1335	Art. 1.657.....	1356
Capítulo V – Do Poder Familiar.....	1336	Capítulo III – Do Regime de Comunhão	
Seção I – Disposições Gerais.....	1336	Parcial.....	1357
Art. 1.630.....	1336	Art. 1.658.....	1357
1. Introdução. Lineamentos históricos....	1336	Art. 1.659.....	1358
2. Conteúdo do poder familiar ou da autoridade parental.....	1337	Art. 1.660.....	1359
3. Particularidades.....	1337	Art. 1.661.....	1360
Art. 1.631.....	1338	Art. 1.662.....	1360
Art. 1.632.....	1338	Art. 1.663.....	1361
Art. 1.633.....	1338	Art. 1.664.....	1362
Seção II – Do Exercício do Poder Familiar.....	1338	Art. 1.665.....	1362
Art. 1.634.....	1338	Art. 1.666.....	1363
Seção III – Da Suspensão e Extinção do Poder Familiar.....	1339	Capítulo IV – Do Regime de Comunhão Un-	1363
Art. 1.635.....	1339	versal.....	1363
Art. 1.636.....	1339	Art. 1.667.....	1363
Art. 1.637.....	1340	Art. 1.668.....	1364
Art. 1.638.....	1341	Art. 1.669.....	1365
1. Alienação Parental.....	1342	Art. 1.670.....	1365
		Art. 1.671.....	1365
TÍTULO II – DO DIREITO PATRIMONIAL... 1343		Capítulo V – Do Regime de Participação	
SUBTÍTULO I – DO REGIME DE BENS		Final nos Aquestos.....	1366
ENTRE OS CÔNJUGES..... 1343		Art. 1.672.....	1366
Capítulo I – Disposições Gerais..... 1343		Art. 1.673.....	1366
Art. 1.639.....	1343	Art. 1.674.....	1366
1. Introdução.....	1343	Art. 1.675.....	1366
2. Princípios gerais. Requisitos do pacto antenupcial.....	1344	Art. 1.676.....	1366
Art. 1.640.....	1345	Art. 1.677.....	1366
Art. 1.641.....	1346	Art. 1.678.....	1366
1. Comunhão de aquestos na separação legal no sistema de 1916. O atual Código.....	1347	Art. 1.679.....	1366
Art. 1.642.....	1348	Art. 1.680.....	1366
Art. 1.643.....	1349	Art. 1.681.....	1366
Art. 1.644.....	1350	Art. 1.682.....	1366
Art. 1.645.....	1350	Art. 1.683.....	1366
Art. 1.646.....	1351	Art. 1.684.....	1366
Art. 1.647.....	1351	Art. 1.685.....	1366
Art. 1.648.....	1353	Art. 1.686.....	1366
Art. 1.649.....	1354	Capítulo VI – Do Regime de Separação de	
Art. 1.650.....	1354	Bens.....	1369
Art. 1.651.....	1354	Art. 1.687.....	1369
Art. 1.652.....	1355	Art. 1.688.....	1370
Capítulo II – Do Pacto Antenupcial..... 1355		SUBTÍTULO II – DO USUFRUTO E DA	
Art. 1.653.....	1355	ADMINISTRAÇÃO DOS BENS DE FILHOS	
Art. 1.654.....	1355	MENORES.....	1370
Art. 1.655.....	1356	Art. 1.689.....	1370
Art. 1.656.....	1356	Art. 1.690.....	1371
		Art. 1.691.....	1371
		Art. 1.692.....	1372
		Art. 1.693.....	1372
		SUBTÍTULO III – DOS ALIMENTOS.....	1372
		Art. 1.694.....	1372
		Art. 1.695.....	1376

Art. 1.696.....	1377	TÍTULO IV – DA TUTELA, DA CURATELA	
Art. 1.697.....	1377	E DA TOMADA DE DECISÃO APOIADA	1406
Art. 1.698.....	1377	Capítulo I – Da Tutela	1406
Art. 1.699.....	1378	Seção I – Dos Tutores.....	1406
Art. 1.700.....	1378	Art. 1.728.....	1406
Art. 1.701.....	1379	1. Requisitos da tutela.....	1407
Art. 1.702.....	1380	Art. 1.729.....	1408
Art. 1.703.....	1381	Art. 1.730.....	1409
Art. 1.704.....	1382	Art. 1.731.....	1409
Art. 1.705.....	1382	Art. 1.732.....	1409
Art. 1.706.....	1383	Art. 1.733.....	1410
Art. 1.707.....	1383	Art. 1.734.....	1410
Art. 1.708.....	1385	Seção II – Dos Incapazes de Exercer a Tutela....	1411
Art. 1.709.....	1385	Art. 1.735.....	1411
Art. 1.710.....	1385	Seção III – Da Escusa dos Tutores	1411
SUBTÍTULO IV – DO BEM DE FAMÍLIA	1386	Art. 1.736.....	1411
Art. 1.711.....	1386	Art. 1.737.....	1412
1. Origem histórica.....	1386	Art. 1.738.....	1412
2. Legislação – conceituação – natureza		Art. 1.739.....	1412
jurídica.....	1386	Seção IV – Do Exercício da Tutela	1413
3. A Lei nº 8.009, de 29-3-1990.....	1387	Art. 1.740.....	1413
4. Legitimação para a instituição e desti-		Art. 1.741.....	1413
nação do bem.....	1388	Art. 1.742.....	1413
5. Processo de constituição	1388	Art. 1.743.....	1413
Art. 1.712.....	1389	Art. 1.744.....	1414
Art. 1.713.....	1389	Art. 1.745.....	1414
Art. 1.714.....	1391	Art. 1.746.....	1415
Art. 1.715.....	1391	Art. 1.747.....	1415
Art. 1.716.....	1392	Art. 1.748.....	1416
Art. 1.717.....	1393	Art. 1.749.....	1416
Art. 1.718.....	1393	Art. 1.750.....	1416
Art. 1.719.....	1393	Art. 1.751.....	1417
Art. 1.720.....	1394	Art. 1.752.....	1417
Art. 1.721.....	1394	Seção V – Dos Bens do Tutelado.....	1418
Art. 1.722.....	1394	Art. 1.753.....	1418
TÍTULO III – DA UNIÃO ESTÁVEL	1395	Art. 1.754.....	1418
Art. 1.723.....	1395	Seção VI – Da Prestação de Contas	1418
1. Introdução.....	1395	Art. 1.755.....	1418
2. União de fato. União estável. Concubi-		Art. 1.756.....	1420
nato.....	1395	Art. 1.757.....	1420
3. Natureza jurídica da união estável.		Art. 1.758.....	1420
Conceito e compreensão. Elementos		Art. 1.759.....	1420
constitutivos.....	1396	Art. 1.760.....	1420
4. União estável na legislação.....	1398	Art. 1.761.....	1421
5. União de pessoas do mesmo sexo	1400	Art. 1.762.....	1421
Art. 1.724.....	1402	Seção VII – Da Cessação da Tutela	1421
Art. 1.725.....	1402	Art. 1.763.....	1421
1. Dissolução da união estável. Patrimô-		Art. 1.764.....	1421
nio.....	1403	Art. 1.765.....	1421
Art. 1.726.....	1404	Art. 1.766.....	1421
Art. 1.727.....	1404		

Capítulo II – Da Curatela.....	1422	Art. 1.793.....	1442
Seção I – Dos Interditos.....	1422	Art. 1.794.....	1444
Art. 1.767.....	1422	Art. 1.795.....	1445
1. Introdução. Conceito.....	1422	Art. 1.796.....	1446
2. Pessoas que por causa transitória ou permanente não puderem exprimir sua vontade.....	1423	Art. 1.797.....	1446
3. Ébrios habituais e viciados em tóxicos....	1424	Capítulo III – Da Vocação Hereditária.....	1447
4. Pródigos.....	1425	Art. 1.798.....	1447
Arts. 1.768 a 1.773.....	1425	Art. 1.799.....	1448
Art. 1.774.....	1425	Art. 1.800.....	1448
Art. 1.775.....	1426	Art. 1.801.....	1449
Art. 1.775-A.....	1426	Art. 1.802.....	1450
Art. 1.776.....	1426	Art. 1.803.....	1450
Art. 1.777.....	1426	Capítulo IV – Da Aceitação e Renúncia da Herança	1450
Art. 1.778.....	1426	Art. 1.804.....	1450
Seção II – Da Curatela do Nascituro e do Enfermo ou Portador de Deficiência Física.....	1427	Art. 1.805.....	1450
Art. 1.779.....	1427	Art. 1.806.....	1451
Seção III – Do Exercício da Curatela	1427	Art. 1.807.....	1452
Art. 1.780.....	1427	Art. 1.808.....	1452
Art. 1.781.....	1427	Art. 1.809.....	1453
Art. 1.782.....	1427	Art. 1.810.....	1453
Art. 1.783.....	1428	Art. 1.811.....	1453
Capítulo III – Da Tomada de Decisão Apoiada.....	1429	Art. 1.812.....	1454
Art. 1.783-A.....	1429	Art. 1.813.....	1454
LIVRO V – DO DIREITO DAS SUCESSÕES ...	1431	Capítulo V – Dos Excluídos da Sucessão	1455
TÍTULO I – DA SUCESSÃO EM GERAL	1431	Art. 1.814.....	1455
Capítulo I – Disposições Gerais	1431	1. Indignidade para suceder.....	1455
Art. 1.784.....	1431	2. Casos de indignidade.....	1455
1. Direito das sucessões	1431	Art. 1.815.....	1457
2. Sucessões no Direito Romano	1431	Art. 1.816.....	1458
3. Noção de herança. Herança digital.....	1432	Art. 1.817.....	1458
4. Herdeiros legítimos e testamentários ...	1433	1. Efeitos dos atos praticados pelo indigno....	1459
5. Transmissão da herança	1433	2. Aparência e herdeiro aparente. Situação análoga aos atos praticados pelo indigno antes da sentença. Veja art. 1.827, parágrafo único	1459
6. Posse dos bens hereditários	1434	Art. 1.818.....	1460
Art. 1.785.....	1435	Capítulo VI – Da Herança Jacente.....	1461
Art. 1.786.....	1435	Art. 1.819.....	1461
Art. 1.787.....	1436	1. Arrecadação dos bens da herança jacente	1461
Art. 1.788.....	1436	Art. 1.820.....	1462
Art. 1.789.....	1436	Art. 1.821.....	1463
Art. 1.790.....	1438	Art. 1.822.....	1463
1. Situação hereditária dos conviventes antes do Código.....	1438	1. Sucessão do Estado	1463
2. Direitos sucessórios dos companheiros neste Código Civil.....	1439	Art. 1.823.....	1463
Capítulo II – Da Herança e de sua Administração.....	1440	Capítulo VII – Da Petição de Herança	1464
Art. 1.791.....	1440	Art. 1.824.....	1464
Art. 1.792.....	1441	Art. 1.825.....	1465
		Art. 1.826.....	1465
		Art. 1.827.....	1466

Art. 1.828.....	1467	Art. 1.849.....	1488
TÍTULO II – DA SUCESSÃO LEGÍTIMA.....	1469	Art. 1.850.....	1488
Capítulo I – Da Ordem da Vocação Hereditária.....	1469	Capítulo III – Do Direito de Representação.....	1488
Art. 1.829.....	1469	Art. 1.851.....	1488
1. Ordem de vocação hereditária.....	1469	Art. 1.852.....	1488
2. Origens históricas.....	1470	1. Representação na classe dos descendentes.....	1488
3. Igualdade do direito sucessório dos descendentes.....	1470	2. Fundamento do instituto da representação.....	1489
Art. 1.830.....	1471	3. Requisitos da representação.....	1489
1. Sucessão do cônjuge sobrevivente.....	1471	4. Efeitos da representação.....	1490
2. Meação.....	1472	Art. 1.853.....	1490
3. Sucessão do cônjuge. Evolução na posição sucessória da mulher casada.....	1472	Art. 1.854.....	1490
4. A sucessão do cônjuge no Código de 2002.....	1473	Art. 1.855.....	1490
5. Legitimidade do cônjuge para suceder, de acordo com o presente art. 1.830.....	1474	Art. 1.856.....	1491
Art. 1.831.....	1474	Título III – DA SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA.....	1492
Art. 1.832.....	1475	Capítulo I – Do Testamento em Geral.....	1492
Art. 1.833.....	1476	Art. 1.857.....	1492
Art. 1.834.....	1476	Art. 1.858.....	1492
Art. 1.835.....	1477	1. Noções introdutórias.....	1492
Art. 1.836.....	1477	2. Aspectos históricos.....	1493
Art. 1.837.....	1477	3. Conceito. Elementos constitutivos.....	1493
Art. 1.838.....	1478	3.1. O testamento é negócio jurídico revogável.....	1493
Art. 1.839.....	1478	3.2. O testamento é ato unilateral.....	1494
Art. 1.840.....	1479	3.3. O testamento é ato de última vontade ou <i>causa mortis</i>	1494
Art. 1.841.....	1479	3.4. O testamento é ato solene.....	1494
Art. 1.842.....	1480	3.5. O testamento é ato personalíssimo.....	1494
Art. 1.843.....	1480	4. Disposições não patrimoniais no testamento.....	1495
Art. 1.844.....	1480	5. Gratuidade do testamento.....	1495
Capítulo II – Dos Herdeiros Necessários.....	1481	Art. 1.859.....	1496
Art. 1.845.....	1481	Capítulo II – Da Capacidade de Testar.....	1497
Art. 1.846.....	1481	Art. 1.860.....	1497
Art. 1.847.....	1482	1. Capacidade de testar.....	1497
1. Cálculo de legítima.....	1483	2. Incapacidade em razão da idade.....	1497
2. Cálculo das doações no cômputo da legítima.....	1483	3. Incapacidade por falta de discernimento ou enfermidade mental.....	1497
Art. 1.848.....	1483	3.1. Diferença entre incapacidade de testar e vícios de vontade.....	1498
1. Restrições que pode sofrer a legítima. A cláusula de inalienabilidade.....	1483	4. Surdos-mudos.....	1498
2. Conceito da cláusula de inalienabilidade.....	1484	5. Sobre outras incapacidades.....	1499
3. Espécies de inalienabilidade.....	1484	6. Capacidade de adquirir por testamento..	1499
4. Efeitos da inalienabilidade. Exceções... ..	1484	Art. 1.861.....	1499
5. Cláusula de incomunicabilidade.....	1485	Capítulo III – Das Formas Ordinárias do Testamento.....	1500
6. Cláusula de impenhorabilidade.....	1485	Seção I – Disposições Gerais.....	1500
7. Outras cláusulas não admitidas.....	1486	Art. 1.862.....	1500
8. Sub-rogação de vínculos.....	1486		
9. Cláusulas restritivas no presente Código Civil.....	1486		

1. Modalidades de testamento	1500	Art. 1.899.....	1521
2. Perda, extravio ou destruição do testa- mento	1500	Art. 1.900.....	1521
Art. 1.863.....	1501	Art. 1.901.....	1522
Seção II – Do Testamento Público.....	1502	Art. 1.902.....	1523
Art. 1.864.....	1502	Art. 1.903.....	1523
1. Disposições processuais. Registro e cumprimento do testamento público ...	1503	Art. 1.904.....	1523
Art. 1.865.....	1504	Art. 1.905.....	1523
Art. 1.866.....	1505	Art. 1.906.....	1523
Art. 1.867.....	1505	Art. 1.907.....	1524
Seção III – Do Testamento Cerrado	1505	Art. 1.908.....	1524
Art. 1.868.....	1505	Art. 1.909.....	1524
Art. 1.869.....	1507	Art. 1.910.....	1525
Art. 1.870.....	1507	Art. 1.911.....	1525
Art. 1.871.....	1507	Capítulo VII – Dos Legados.....	1526
Art. 1.872.....	1508	Seção I – Disposições Gerais	1526
Art. 1.873.....	1508	Art. 1.912.....	1526
Art. 1.874.....	1508	1. Legado.....	1526
Art. 1.875.....	1508	2. Legado de coisa alheia	1527
Seção IV – Do Testamento Particular.....	1509	Art. 1.913.....	1527
Art. 1.876.....	1509	Art. 1.914.....	1527
Art. 1.877.....	1511	Art. 1.915.....	1528
Art. 1.878.....	1511	Art. 1.916.....	1528
Art. 1.879.....	1512	Art. 1.917.....	1528
Art. 1.880.....	1513	Art. 1.918.....	1528
Capítulo IV – Dos Codicilos	1513	Art. 1.919.....	1529
Art. 1.881.....	1513	Art. 1.920.....	1529
Art. 1.882.....	1514	Art. 1.921.....	1530
Art. 1.883.....	1514	Art. 1.922.....	1530
Art. 1.884.....	1514	Seção II – Dos Efeitos do Legado e do seu Pagamento.....	1530
Art. 1.885.....	1515	Art. 1.923.....	1530
Capítulo V – Dos Testamentos Especiais.....	1515	Art. 1.924.....	1532
Seção I – Disposições Gerais	1515	Art. 1.925.....	1533
Art. 1.886.....	1515	Art. 1.926.....	1533
Art. 1.887.....	1515	Art. 1.927.....	1533
Seção II – Do Testamento Marítimo e do Testamento Aeronáutico	1515	Art. 1.928.....	1533
Art. 1.888.....	1515	Art. 1.929.....	1534
Art. 1.889.....	1516	Art. 1.930.....	1534
Art. 1.890.....	1516	Art. 1.931.....	1534
Art. 1.891.....	1516	Art. 1.932.....	1534
Art. 1.892.....	1517	Art. 1.933.....	1534
Seção III – Do Testamento Militar.....	1517	Art. 1.934.....	1534
Art. 1.893.....	1517	Art. 1.935.....	1535
Art. 1.894.....	1518	Art. 1.936.....	1535
Art. 1.895.....	1518	Art. 1.937.....	1535
Art. 1.896.....	1518	Art. 1.938.....	1535
Capítulo VI – Das Disposições Testamentárias...	1519	Seção III – Da Caducidade dos Legados	1536
Art. 1.897.....	1519	Art. 1.939.....	1536
Art. 1.898.....	1520	1. Caducidade dos legados	1536
		2. Modificação da coisa legada	1536
		3. Alienação da coisa legada.....	1537

4. Perecimento ou evicção da coisa legada ..	1537	1. Procedimento para a redução.....	1558
5. Caducidade por indignidade.....	1538	2. Cálculo da parte inoficiosa.....	1559
6. Caducidade pela pré-morte do legatário....	1538	3. Doações e parte inoficiosa	1560
Art. 1.940.....	1539	4. Regras para a redução.....	1560
Capítulo VIII – Do Direito de Acrescer entre		Art. 1.968.....	1561
Herdeiros e Legatários.....	1539	Capítulo XII – Da Revogação do Testamento	1562
Art. 1.941.....	1539	Art. 1.969.....	1562
Art. 1.942.....	1539	1. Nulidades em Matéria de Testamento ..	1562
1. O direito de acrescer. Conceito	1539	2. Revogação do testamento.....	1563
2. A compreensão legal.....	1540	Art. 1.970.....	1564
Art. 1.943.....	1541	Art. 1.971.....	1564
Art. 1.944.....	1542	Art. 1.972.....	1565
Art. 1.945.....	1542	Capítulo XIII – Do Rompimento do Testa-	
Art. 1.946.....	1542	mento.....	1565
Capítulo IX – Das Substituições	1543	Art. 1.973.....	1565
Seção I – Da Substituição Vulgar e da Recíproca ...	1543	1. Revogação presumida (ruptura ou	
Art. 1.947.....	1543	rompimento do testamento).....	1565
Art. 1.948.....	1543	2. Caducidade dos testamentos	1565
1. Substituições. Conceito. Origem. Von-		Art. 1.974.....	1566
tade do testador e limites legais.....	1543	Art. 1.975.....	1567
2. Substituição vulgar e recíproca.....	1544	Capítulo XIV – Do Testamenteiro	1567
Art. 1.949.....	1544	Art. 1.976.....	1567
Art. 1.950.....	1545	1. Conceito. Origens.....	1568
Seção II – Da Substituição Fideicomissária	1545	2. Natureza jurídica	1568
Art. 1.951.....	1545	3. Da necessidade da testamentaria	1569
1. Fideicomisso	1545	4. Escolha e nomeação do testamenteiro	1569
2. Histórico do fideicomisso	1545	Art. 1.977.....	1570
3. O fideicomisso em nossos Códigos	1546	Art. 1.978.....	1570
4. Fideicomisso e usufruto	1547	Art. 1.979.....	1570
Art. 1.952.....	1547	Art. 1.980.....	1571
Art. 1.953.....	1548	Art. 1.981.....	1571
Art. 1.954.....	1549	Art. 1.982.....	1571
Art. 1.955.....	1549	Art. 1.983.....	1571
Art. 1.956.....	1550	Art. 1.984.....	1571
Art. 1.957.....	1550	Art. 1.985.....	1572
Art. 1.958.....	1551	Art. 1.986.....	1572
Art. 1.959.....	1551	Art. 1.987.....	1572
Art. 1.960.....	1551	Art. 1.988.....	1573
Capítulo X – Da Deserdação	1551	Art. 1.989.....	1573
Art. 1.961.....	1551	1. Extinção da testamentaria.....	1573
1. Exclusão dos herdeiros necessários	1551	Art. 1.990.....	1574
2. Origens históricas.....	1552	TÍTULO IV – DO INVENTÁRIO E DA PAR-	
3. Requisitos da deserdação	1552	TILHA	1575
Art. 1.962.....	1553	Capítulo I – Do Inventário	1575
Art. 1.963.....	1555	Art. 1.991.....	1575
Art. 1.964.....	1555	Capítulo II – Dos Sonegados.....	1577
Art. 1.965.....	1556	Art. 1.992.....	1577
Capítulo XI – Da Redução das Disposições		Art. 1.993.....	1579
Testamentárias	1557	Art. 1.994.....	1580
Art. 1.966.....	1557	Art. 1.995.....	1580
Art. 1.967.....	1558	Art. 1.996.....	1581

Capítulo III – Do Pagamento das Dívidas	1581	Art. 2.025.....	1600
Art. 1.997.....	1581	Art. 2.026.....	1601
Art. 1.998.....	1584	Capítulo VII – Da Anulação da Partilha	1601
Art. 1.999.....	1585	Art. 2.027.....	1601
Art. 2.000.....	1585	LIVRO COMPLEMENTAR – DAS DISPOSI-	
Art. 2.001.....	1585	ÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	1605
Capítulo IV – Da Colação	1586	Art. 2.028.....	1605
Art. 2.002.....	1586	Art. 2.029.....	1606
Art. 2.003.....	1587	Art. 2.030.....	1607
Art. 2.004.....	1589	Art. 2.031.....	1607
Art. 2.005.....	1590	Art. 2.032.....	1608
Art. 2.006.....	1590	Art. 2.033.....	1608
Art. 2.007.....	1590	Art. 2.034.....	1609
Art. 2.008.....	1591	Art. 2.035.....	1609
Art. 2.009.....	1591	Art. 2.036.....	1609
Art. 2.010.....	1591	Art. 2.037.....	1610
Art. 2.011.....	1592	Art. 2.038.....	1610
Art. 2.012.....	1592	1. Extinção paulatina da enfiteuse.....	1610
Capítulo V – Da Partilha.....	1593	2. Enfiteuse. Conceito. Notícia histórica ..	1610
Art. 2.013.....	1593	3. Enfiteuse. Efeitos. Constituição. Objeto...	1612
Art. 2.014.....	1594	4. Direitos e deveres do enfiteuta	1612
Art. 2.015.....	1594	5. Direitos e deveres do senhorio	1613
Art. 2.016.....	1595	6. Extinção da enfiteuse.....	1614
Art. 2.017.....	1596	7. Ações decorrentes da enfiteuse.....	1615
Art. 2.018.....	1597	8. Enfiteuse da União	1615
Art. 2.019.....	1598	Art. 2.039.....	1615
Art. 2.020.....	1598	Art. 2.040.....	1616
Art. 2.021.....	1599	Art. 2.041.....	1616
Art. 2.022.....	1599	Art. 2.042.....	1616
Capítulo VI – Da Garantia dos Quinhões		Art. 2.043.....	1616
Hereditários	1599	Art. 2.044.....	1616
Art. 2.023.....	1599	Art. 2.045.....	1617
Art. 2.024.....	1600	Art. 2.046.....	1617